

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DIULI ANDREATTA DA SILVA

**BLOCO K - CONTROLE DE PRODUÇÃO E ESTOQUES: UM ESTUDO DE CASO
DE SUA IMPLANTAÇÃO EM UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE
BEBIDAS DA SERRA GAÚCHA**

CAXIAS DO SUL

2017

DIULI ANDREATTA DA SILVA

**BLOCO K - CONTROLE DE PRODUÇÃO E ESTOQUES: UM ESTUDO DE CASO
DE SUA IMPLANTAÇÃO EM UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE
BEBIDAS DA SERRA GAÚCHA**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Marco André
Pegorini
Orientador TCC II: Prof. Me. Tarcísio
Neves da Fontoura

CAXIAS DO SUL

2017

DIULI ANDREATTA DA SILVA

**BLOCO K - CONTROLE DE PRODUÇÃO E ESTOQUES: UM ESTUDO DE CASO
DE SUA IMPLANTAÇÃO EM UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE
BEBIDAS DA SERRA GAÚCHA**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Marco André
Pegorini
Orientador TCC II: Prof. Me. Tarcísio
Neves da Fontoura

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Me. Tarcísio Neves da Fontoura
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Ma. Maria Salete Goulart Martins Denicol
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Me. Leandro Rogério Schiavo
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dedico este trabalho a Deus, por sempre me abençoar e minha família, meu marido e meus amigos pelo incentivo durante esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que de uma forma ou outra colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial a meu orientador, Prof. Me. Tarcísio de Fontoura Neves, pela sua competência e orientação durante o desenvolvimento desta monografia.

Agradeço a Deus, primeiramente pela vida, por colocar pessoas tão especiais no meu caminho e por guiar e sempre iluminar meus passos.

Agradeço de forma especial meu pai Osório e minha mãe Rosmari, pelo amor dedicado. Meu irmão Diodene e minha irmã Dianara pelo incentivo e atenção, minha cunhada Rose e meu cunhado Diego juntamente com meus sobrinhos Bianca e Cristian pelos momentos de descontração.

Ao meu marido Vinícius pela compreensão, apoio e companheirismo ao decorrer da graduação, principalmente nesses últimos semestres, entendendo as constantes ausências, estresse e momentos difíceis, agradeço também minha sogra Maria Cristina, pelas conversas acompanhadas de um bom café.

A Cooperativa Beta pela contribuição para a realização desta pesquisa e aos seus colaboradores pela cooperação ao responderem o questionário proposto.

Por fim, aos amigos e amigas por sempre estarem presentes participando desta conquista.

*“Temos de nos tornar na
mudança que queremos ver.”*

Mahatma Gandhi

RESUMO

A contabilidade está em constante evolução, desde o sistema de tributação até o uso de tecnologias da informação. Devido a essas frequentes mudanças, o profissional contábil e as organizações precisam estar atentos a essas tendências, buscando estratégias que levam sucesso a seus negócios. Em paralelo, evoluem os órgãos fiscalizadores do Governo Federal, que estão em progressivo desenvolvimento em relação a rapidez, padronização e tecnologia digital. Dentro deste contexto surge o Bloco K – Controle de Produção e dos Estoques, essa nova exigência tem como objetivo principal escriturar mensalmente as informações da produção, bem como movimentações de estoques e o estoque final do período apurado das empresas industriais e a elas equiparado. Por ser um assunto recente e amplo, exige das organizações precaução, planejamento e adequação em relação a esta nova obrigação. Diante disso esse estudo tem por objetivo demonstrar como a implantação do bloco K interfere nos processos organizacionais de uma cooperativa agroindustrial de bebidas da região da serra gaúcha. Para atender os objetivos será feito um levantamento bibliográfico sobre o tema, com base em livros, legislação e materiais virtuais. Quanto aos procedimentos técnicos, utilizar-se-á de um estudo de caso na organização objeto do estudo que busca identificar os conceitos, procedimentos e as adequações utilizados para a implantação do bloco K. Como complemento a este estudo foi aplicado um questionário semiestruturado a fim de reconhecer a posição dos colaboradores envolvidos a este tema em relação à implantação do bloco K.

Palavras-chave: Bloco K. Escrituração Digital. Estoque. Produção. Implantação.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Distinção de características	23
Figura 2 – Denominação de cultura	31
Figura 3 – Cultura organizacional determina.....	32
Figura 4 – Principais causas para as mudanças organizacionais	32
Figura 5 – Ações que aumentam possibilidades de êxito na mudança cultural	33
Figura 6 – Conexão projeto em produto	37
Figura 7 – Informações e tempo até o colapso	39
Figura 8 – Parte da informação contábil para usuários externos	40
Figura 9 – Sistema Público de Escrituração Digital	42
Figura 10 – Organização dos registros do bloco K.....	46
Figura 11 – Organograma organizacional Beta.....	54
Figura 12 – Fluxos das áreas que envolvem estoque	56

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Capacitação e análise gerencial	67
Gráfico 2 – Adequação mais difícil	67
Gráfico 3 – Benefícios para o trabalho	68
Gráfico 4 – Facilidade para o trabalho	68
Gráfico 5 – Burocratização para o trabalho	69
Gráfico 6 – Mudanças com a implantação do bloco K	69

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Blocos da EFD-ICMS/IPI	43
Quadro 2 – Tipo do item.....	47
Quadro 3 – Conceitos tipos de produto.....	48
Quadro 4 – Adequações referente aos cadastros de produtos	57
Quadro 5 – Adequações referente as fichas técnicas	60
Quadro 6 – Adequações referente as ordens de produção.....	61
Quadro 7 – Fluxo de industrializações	62
Quadro 8 – Movimentações de estoques diversas.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Setor bebidas, valor das vendas e volume produzido (em %)	28
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

a. C.	antes de Cristo
apud.	citado por
art.	artigo
et al.	e outros
etc.	et cetera
ibid.	ibidem
Me.	mestre
nº.	número
p.	página
prof.	professor

LISTA DE SIGLAS

ABCOOP –	Associação Brasileira de Cooperativas
AGO –	Assembléia Geral Ordinária
CFOP –	Código Fiscal de Operações e Prestações
CGVB –	Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas
CNAE –	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COFINS –	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COTEPE –	Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
CSLL –	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CT-e –	Conhecimento de Transporte eletrônico
DOU –	Diário Oficial da União
ECD –	Escrituração Contábil Digital
ECF –	Escrituração Contábil Fiscal
EFD –	Escrituração Fiscal Digital
ERP –	<i>Enterprise Resource Planning</i> ou Planejamento dos Recursos da Empresa
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA –	<i>International Co-operative Alliance</i> ou Aliança Cooperativa Internacional
ICMS –	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IN –	Instrução Normativa
IPI –	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR –	Imposto de Renda
MDF-e –	Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais
NCM –	Nomenclatura Comum do Mercosul
NFC-e –	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NF-e –	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e –	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
OCB –	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEB –	Organização das Cooperativas do Estado da Bahia

OCERGS –	Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
OPS –	Ordens de Produção
PET –	Polietileno Tereftalato
PIA –	Pesquisa Industrial Anual
PIS –	Programa de Integração Social
PPCMP –	Planejamento, Programação, Controle de Materiais e Produção
RCPE –	Registro de Controle da Produção e do Estoque
RFB –	Receita Federal do Brasil
SESCOOP –	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SI –	Sistemas de Informação
SINIEF –	Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais
SPED –	Sistema Público de Escrituração Digital
<i>TCP/IP –</i>	<i>Transmission Control Protocol/Internet Protocol</i>
TI –	Tecnologia da Informação
TIPI –	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados
UNASCO –	União Nacional de Cooperativas
WWW –	<i>World Wide Web</i>

LISTA DE SÍMBOLOS

% por cento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	17
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.3	OBJETIVOS	20
1.3.1	Objetivo geral	20
1.3.2	Objetivos específicos	20
1.4	ESTRUTURA DO ESTUDO	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	COOPERATIVISMO	22
2.1.1	Legislação.....	24
2.1.2	Ato cooperativo e não cooperativo	25
2.1.3	Ramos do cooperativismo	26
2.1.4	Setor bebidas	27
2.2	ORGANIZAÇÕES.....	28
2.2.1	Processos organizacionais	29
2.3	CULTURA.....	30
2.3.1	A cultura organizacional.....	31
2.3.2	Mudança na cultura organizacional	32
2.4	CONTABILIDADE.....	33
2.4.1	Evolução da contabilidade	34
2.5	ESTOQUES.....	35
2.5.1	Estoques na contabilidade.....	35
2.5.2	Gestão dos estoques	36
2.6	PRODUÇÃO	36
2.6.1	Administração da produção.....	37
2.7	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	38
2.7.1	O avanço da tecnologia da informação.....	38
2.7.2	Sistemas de informação	39
2.7.3	Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).....	41
2.7.4	Escrituração Fiscal Digital ICMS e IPI (EFD-ICMS/IPI)	42
2.7.5	Controle da Produção e do Estoque (Bloco K)	44

3	METODOLOGIA	50
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	50
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	51
4	ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	53
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	53
4.1.1	Histórico.....	53
4.1.2	Valores e princípios	54
4.1.3	Estrutura organizacional	54
4.2	IMPLANTAÇÃO DO BLOCO K.....	55
4.2.1	Cadastros de produtos	57
4.2.2	Fichas técnicas	59
4.2.3	Ordens de produção	60
4.2.4	Industrializações	61
4.2.5	Outras movimentações de estoques.....	63
4.2.5.1	Desmontagem	64
4.2.5.2	Reprocessamento e reparo	64
4.2.5.3	Nota fiscal de baixa de estoque.....	65
4.2.6	Aplicação do questionário	66
5	CONCLUSÃO	70
	REFERÊNCIAS.....	72
	APÊNDICE A – TIPOS DE PRODUTOS E SUA CLASSIFICAÇÃO	80
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO	82
	ANEXO A - FLUXO INTERNO ENTRE OS ALMOXARIFADOS.....	86

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Os recursos da tecnologia vêm evoluindo muito nos últimos anos, com isso ficou mais fácil para as empresas terem melhores controles internos em todos os setores, tarefas feitas manualmente que demandavam tempo, esforço e deslocamento foram substituídos com a tecnologia, extinguindo cada vez mais o trabalho manual através de diversas ferramentas, entre elas a tecnologia da informação (TI), diminuindo a margem de erro e criando padronizações nas informações e processos, porém com maior tecnologia a necessidade de controle aumentou e consequentemente as obrigações de monitoramento e acompanhamento das informações geradas.

O projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é uma destas ferramentas, onde o Ministério da Fazenda e a Receita Federal do Brasil, por meio do Decreto 6.022, de janeiro de 2007, instituíram o Sistema Público de Escrituração Digital, que inovou o sistema tributário nacional, obrigando todas as empresas a se adaptarem as novas regras de fiscalização implantadas pelo fisco.

O módulo de Escrituração Fiscal Digital ICMS e IPI (EFD-ICMS/IPI), é um dos módulos que compõem o SPED, divididos por blocos, cada qual com um registro de abertura, com registros de dados e com um registro de encerramento, referindo-se cada um deles a um agrupamento de documentos e de outras informações econômico-fiscais.

Nos quais já vinham sendo usados desde o ano de 2008, porém só havia controle de entradas e saídas e não das informações dos movimentos internos de estoque e processos produtivos das empresas, então o fisco empenhou-se ainda mais e criou outro bloco, denominado Bloco K (Controle da Produção e do Estoque), que enviará para o fisco as informações abertas do processo produtivo das empresas, provocando uma certa insegurança e questionamentos em diversos contribuintes.

Strottmann e Scherer (2012) comentam que o capital normalmente investido nos estoque e a importância que este ativo tem para a maioria das entidades são dignos de apreço, tendo a necessidade de controles internos convenientes de definição do fluxo de entrada e saída de insumos, tal como critérios de avaliação e mensuração corretos para que os sistemas contábeis e fiscais estejam pertinentes a

legislação e normas vigentes, pois a imprudência desses quesitos arriscar-se-á prejudicar a apuração do resultado e consequentemente dos tributos.

Assim, os fatos que acontecem na produção devem estar registrados tal como ocorreram, bem como sua quantidade e o tempo transcorrido no processo, principalmente com relação aos estoques, que influenciam diretamente nos registros do bloco K.

O bloco K busca um conjunto de informações que não dependem apenas de um setor da empresa, e sim diversos setores, envolvendo áreas administrativas até as produtivas, sendo que essas informações deverão estar padronizadas, corretas e de fácil acesso, desse modo enfatiza-se a importância da capacitação dos colaboradores envolvidos bem como dá a utilização dos recursos da TI.

Desta maneira, por ser um projeto novo, esse trabalho pretende servir como fonte de pesquisa e auxiliar os profissionais com sua implantação.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Iudícibus (2015, p. 30) “a Contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa, ou, melhor dizendo, que conta. A necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para seu desenvolvimento”.

A contabilidade é uma ciência social, preocupa-se com o entendimento da forma que os usuários criam, modificam e interpretam os fenômenos contábeis, essa preocupação não está apenas em compreender, mensurar, anotar e esclarecer os eventos contábeis da entidade, mas também em averiguar e rever esses eventos (Santos et al., 2005).

Segundo Santos et al., (2005, p. 24) “a contabilidade deve adaptar-se às mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorrem na sociedade e no ambiente econômico”.

A contabilidade como outras áreas, vem evoluindo com o crescimento da TI, pois a necessidade do mercado está cada vez maior em obter informações rápidas, confiáveis e detalhadas para facilitar na administração das organizações.

Atualmente muitas obrigações dos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores podem ser feitas com segurança através da internet com programas de processamento de dados.

A tecnologia ofereceu maior efetividade na fiscalização dos órgãos públicos,

com informações mais detalhadas do que o contribuinte irá declarar, o papel do profissional contábil é considerado a base da contabilidade, pois é o intercessor das informações para o fisco e para seus clientes.

O SPED vem desenvolvendo módulos e programas para acompanhamento e fiscalização dos seus contribuintes, e que será tratado nesse trabalho será em relação aos estoques e produção.

Segundo Corrêa (2001, p. 49) estoques são “acúmulos de recursos materiais entre fases específicas de processo de transformação”.

Paoleschi (2012), estoque é qualquer parte de bens físicos que estejam mantidos de maneira improdutivo em algum período, existem, pois, as indústrias precisam de um nível de estoque que dê segurança as suas funções para o suporte do cliente.

Estoque está diretamente ligado à contabilidade, pois toda a gestão dos estoques influencia na tributação, nos custos, no lucro. Segundo Silva et al., (2010, p. 3) “um bom controle de estoque e um monitoramento da sua movimentação são atividades indispensáveis para a lucratividade e para competitividade da empresa”.

E também é um assunto muito importante, pois geralmente é um dos itens de maior relevância no ativo circulante das organizações, e isso reflete em vários pontos da gestão destes.

O Ajuste SINIEF nº 17/2014 ordenou a obrigatoriedade de escrituração do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque (RCPE) no arquivo da EFD-ICMS/IPI (DOU, 2014).

As informações do RCPE serão apresentadas no bloco K, constituída por diferentes blocos, onde constam informações do processo produtivo e a movimentação completa de cada item do estoque, saldos de estoques iniciais e finais, ficha técnicas de produtos, ordens de produção, consumos, perdas, movimentações internas, reprocessamentos, desmontagens e industrializações com terceiros.

Esse projeto demanda análise dos conceitos e processos já existentes em diversas áreas de uma empresa, gerando adequações e mudanças para melhor administrar as informações que futuramente serão transmitidas ao fisco. Esses dados informados se não forem compatíveis ou não conformes com a realidade poderão ser considerados como sonegação fiscal.

Tendo em vista que a implantação do bloco K é, além de obrigatório, de suma importância para as organizações, apesar de parecer que só trará dificuldade, ele

organizará os processos que envolvem áreas que abrangem desde a produção até a contabilidade, buscando uma nova postura dos colaboradores.

Desenvolvendo esse trabalho buscar-se-á compreender e demonstrar os procedimentos utilizados na sua implantação e as alterações nos processos organizacionais, como as mudanças de operações, nas adequações, nos conceitos, nos costumes, bem como a relevância no sistema *Enterprise Resource Planning (ERP)* e também o envolvimento e treinamento de pessoas, entre outros fatores.

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Como a implantação do bloco K interfere nos processos organizacionais de uma cooperativa agroindustrial de bebidas da região da serra gaúcha?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Demonstrar como a implantação do bloco K interfere nos processos organizacionais de uma cooperativa agroindustrial de bebidas da região da serra gaúcha.

1.3.2 Objetivos específicos

- Efetuar levantamentos bibliográficos relacionados a cooperativismo, indústrias de bebidas, organizações, processos organizacionais, cultura, contabilidade, estoques, produção e tecnologia da informação.
- Esclarecer os aspectos legais que envolvem o SPED e o bloco K.
- Elencar as concepções que abrange a implantação do bloco K.
- Explicar os procedimentos, conceitos e adequações empregados para a implantação do bloco K numa cooperativa de bebidas.
- Reconhecer a posição dos colaboradores envolvidos perante a implantação do bloco K.
- Apontar os resultados da implantação do bloco K.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo foi apresentada uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa.

No segundo capítulo foram apresentados diversos aspectos teóricos que devem ser observados, evidenciando as informações que devem ser consideradas na implantação do SPED - Bloco K.

No terceiro capítulo foi apresentada metodologia.

No quarto capítulo apresenta-se o estudo de caso, contextualiza-se a organização e em seguida foi descrito os procedimentos e adequações realizadas nos processos organizacionais para a implantação do bloco K.

Neste capítulo foi aplicado o questionário semiestruturado aos profissionais de cada setor envolvido com a implantação, afim de complementar e buscar resposta para a pesquisa em questão.

Por fim, no quinto capítulo apresenta-se as conclusões do estudo de caso no sentido de responder o problema de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COOPERATIVISMO

O cooperativismo surgiu em meados do século XIX, na Europa, suas raízes são antigas, pois na Babilônia já se arrendava terra para exploração conjunta com o a sociedade, porém a International Co-operative Alliance (ICA) considera como o nascimento do cooperativismo a união dos 28 tecelões de *Rochdale*, Inglaterra, eles que fundaram uma cooperativa de consumo, com princípios próprios, designada por valores do ser humano e na democracia como solução dos problemas, já que naquela época em 1844 a Revolução Industrial tinham condições de trabalho desonrosas com os operários. No início do século XVII os padres jesuítas trouxeram as primeiras experiências de cooperativismo para o Brasil, com o objetivo de promover o bem-estar os membros da comunidade, juntamente com os índios brasileiros que já praticavam o princípio do auxílio mutuo, fundaram as reduções jesuítas, comunidades solidárias que se preocupavam com o bem-estar de todos da comunidade (SESCOOP/RS, 2016).

Santos, Gouveia e Vieira (2008, p. 1) afirmam que a expressão Cooperativismo, derivou-se da palavra cooperação, oriunda do latim *cooperari*, que tem o sentido de cooperar em conjunto, ou melhor, oferecer ajuda, auxílio em prol da sociedade.

Segundo a ICA (2015), “cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”.

Para Pinho (1962, p. 67) cooperativas são “sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços, como também a realizar determinados programas educativos e sociais”.

Segundo Batalha (2001), a finalidade de uma cooperativa é o fornecimento de serviços aos associados, e não o lucro como nas entidades capitalistas, sendo que algumas atividades de produção são muito onerosas e custosas para serem executadas de forma isolada, a Figura 1, mostra a distinção entre uma sociedade cooperativa de uma sociedade capitalista.

Figura 1 – Distinção de características

COOPERATIVA	MERCANTIL
O principal é o Homem	O principal é o Capital
O cooperado é dono e usuário da sociedade	Os sócios são vendedores de produtos e serviços aos consumidores
É uma sociedade simples, regida por legislação específica.	Sociedade de capital - ações
Assembleia: quórum baseado no número de associados	Assembleia: quórum baseado na participação no capital social.
Controle democrático	Controle financeiro
Sociedade de pessoal que funciona democraticamente	Sociedade de capital que funciona hierarquicamente
As quota-partes não podem ser transferidas a terceiros estranhos à cooperativa	As ações podem ser transferidas a terceiros
Afasta os intermediários	São, muitas vezes, os próprios intermediários
Objetivo: melhoria da qualidade de vida dos cooperados	Objetivo: lucro
O retorno dos resultados é proporcional ao valor das operações com a cooperativa	O dividendo é proporcional ao valor total das ações

Fonte: OCERGS - <http://www.sescooprs.coop.br>. Acesso em: 28.09.2016

Segundo a OCB (2017), o cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social e define ainda que:

É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade.

Para o Conselho Federal de Contabilidade, na Resolução nº 920/01 no item 10.8.1.2, descreve entidades cooperativas dessa forma:

Entidades Cooperativas são aquelas que exercem as atividades na forma de lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços diretos aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular.

A OCB (2017) para melhor organização em confederações, federações e centrais, dividiu as diversas áreas econômicas que as cooperativas atuam, aprovado pelo Conselho Diretor da OCB, em 4 de maio de 1993, sendo assim a gestão das cooperativas se desiguala em diversos aspectos: área de atuação, educação cooperativista, estrutura administrativa e organizacional, conhecimento, experiência, habilidades e atitudes de seus administradores.

2.1.1 Legislação

Foi através da Lei federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, conhecida popularmente como Lei das Cooperativas que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

Para Santos, Gouveia e Vieira (2008, p. 10), atualmente a Lei nº 5.764, de 1971 é instrumento legal que ordena as cooperativas no Brasil, pois descreve a Política Nacional de Cooperativismo, implementa o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras normativas relacionadas a este.

Conforme o Código Civil caracteriza uma sociedade cooperativa no art. 1.094 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002:

Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa:

- I - variabilidade, ou dispensa do capital social;
- II - concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;
- III - limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar;
- IV - intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;
- V - quorum, para a assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;
- VI - direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;
- VII - distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado;
- VIII - indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

Cada cooperativa tem um ramo de atividade e características distintas, que podem ser regidas por legislações adequadas as suas particularidades, portanto precisam de cautela para serem administradas.

De acordo a Lei nº 5.764, de 1971 no art. 105, a representação do sistema cooperativista nacional cabe à OCB, considerada como uma sociedade civil, com sede em Brasília, atua como órgão técnico-consultivo do Governo, sem finalidade lucrativa.

A OCB (2017), foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro do Cooperativismo, a OCB veio substituir e unificar a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (Unasco), com intuito de ser a voz das cooperativas brasileiras, atuando, principalmente, junto aos poderes

Executivo, Legislativo e Judiciário e com entidades internacionais em busca de conquistas e avanços para o setor.

2.1.2 Ato cooperativo e não cooperativo

Conforme o Código Civil denomina-se atos cooperativos no art. 79 da Lei nº 5.764, de 1971:

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.
Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

Em resumo atos cooperativos são praticados entre: a cooperativa e seus associados, os associados e a sua cooperativa, cooperativas entre si quando associadas, para consecução dos objetivos sociais.

Nessa Lei não está clara a definição do ato não cooperativo, por conformidade levamos em consideração os atos que não estão enquadrados na definição do art. 79 e seu parágrafo único seriam julgados como sendo atos não cooperativos.

Analisando os art. 85, 86, 87 e 88 da citada lei, podemos estabelecer atos não cooperativos são aqueles que importam em operação com terceiros não associados.

Para apuração da contribuição do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), conforme previsto na Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, juntamente com a Instrução Normativa (IN) RFB nº 635 de 24 de março de 2006, as distinções das operações realizadas pelas cooperativas devem ser identificadas como atos cooperativos ou não cooperativos.

Para as cooperativas em geral, a base de cálculo para tributação do PIS e da Cofins, é o faturamento ou a receita bruta, em algumas situações como por exemplo as vendas canceladas, impostos equivalentes sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), descontos concedidos exclui-se da base de cálculo.

Na IN RFB 635/06 no art. 11 para as cooperativas agropecuárias exclui-se da base de cálculo de outras operações, tais como exclusão das receitas decorrentes do

beneficiamento, armazenamento e industrialização de produto do associado e exclusão das receitas de venda de bens e mercadorias ao associado, ente outras.

Em relação ao imposto de renda, os atos cooperativos são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CSLL) conforme Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, art. 182 está determinado que “as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência do imposto sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro”, devendo ser considerado juntamente com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, art. 3, que define o propósito de constituir uma sociedade cooperativa “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro” e a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, art. 69, que descreve as cooperativas de consumo “as sociedades cooperativas de consumo, que tenham por objeto a compra e fornecimento de bens aos consumidores, sujeitam-se às mesmas normas de incidência dos impostos e contribuições de competência da União, aplicáveis às demais pessoas jurídicas”.

E para o ato não cooperativo é instituído no Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, art. 183 da seguinte maneira:

As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica pagarão o imposto calculado sobre os resultados positivos das operações e atividades estranhas à sua finalidade, tais como:

- I - de comercialização ou industrialização, pelas cooperativas agropecuárias ou de pesca, de produtos adquiridos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou para suprir capacidade ociosa de suas instalações industriais;
- II - de fornecimento de bens ou serviços a não associados, para atender aos objetivos sociais;
- III - de participação em sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares.

Em relação ao ICMS e o IPI, além das obrigações e encargos sociais não há diferença de tributação fiscal.

2.1.3 Ramos do cooperativismo

De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SESCOOP/RS), (2014), atualmente no Brasil o cooperativismo

atua em diversos setores da economia, e para facilitar a organização e essa representação foram divididas em 13 ramos, sendo que 11 deles tem seu próprio Conselho Consultivo, em 2010 existiam mais de 6.652 cooperativas, associando mais de 9 milhões de cooperados e empregando em média 290 mil trabalhadores.

Conforme a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), (2017), os ramos do cooperativismo mais comuns são: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Infraestrutura, Habitacional, Produção, Mineral, Trabalho, Saúde, Turismo e Lazer e Transporte.

2.1.4 Setor bebidas

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), (2014), o setor de bebidas apresenta boas concepções de expansão, com demanda relacionada diretamente ao crescimento econômico e a novos conceitos de consumo, as atuais mudanças socioeconômicas apuradas no Brasil, principalmente o aumento com a distribuição de renda e o aparecimento da nomeada classe média, foram efeitos do bom desempenho apontado pelo setor de bebidas do país. A indústria de bebidas do Brasil poderá melhorar suas receitas nos próximos anos através de outros caminhos, como o desenvolvimento de bebidas com maior qualidade, com ênfase em segmentos característicos pelo consumidor e o aproveitamento do turismo ligado a produção de bebidas.

O Ministério da Agricultura em sua página virtual, na seção vinhos e bebidas (2015), descreve que a qualidade na formulação e produção de bebidas, alcoólicas ou não alcoólicas deve ser rigorosa, para que não causem riscos à saúde humana, sendo assim as matérias primas impróprias para uso devem ser separadas do processo produtivo para evitar contaminação química, física ou microbiológica, sendo o órgão fiscalizador e registrador das bebidas juntamente com Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas (CGVB) inspecionam, a obrigatoriedade dos rótulos, com as informações do produtor ou fabricante, nele também deve constar o número do Registro do Ministério da Agricultura, denominação do produto, ingredientes e todas as informações necessárias.

De acordo com BNDES (2014), a Tabela 1, demonstra as variedades de bebidas produzidas no Brasil, e sua representatividade em valor e volume, através dos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) para esse setor, correspondentes a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de fabricação de bebidas.

Tabela 1 – Setor bebidas, valor das vendas e volume produzido (em %)

Segmento	Participação			
	Na classe		No setor	
	Valor	Volume	Valor	Volume
Refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas	100,0	100,0	45,7	46,5
Refrigerantes	73,1	96,9	33,4	45,1
Preparações em xarope para elaboração de bebidas, para fins industriais	23,9	0,4	10,9	0,2
Bebidas não alcoólicas de outros tipos, exceto guaraná natural, sucos ou refrescos de frutas	1,5	1,8	0,7	0,8
Vinhos	100,0	100,0	2,8	1,3
Vinhos de uvas, exceto do tipo champanha	57,9	64,9	1,6	0,8
Misturas de bebidas fermentadas ou de bebidas não alcoólicas com fermentadas	18,5	20,2	0,5	0,3
Vinhos de uvas frescas, tipo champanha	14,3	6,1	0,4	0,1
Sidra ou outras bebidas fermentadas	6,4	5,8	0,2	0,1
Vermutes ou outros vinhos de uvas frescas aromatizados	2,9	3,0	0,1	0,0

Fonte: Adaptado BNDES (2014)

2.2 ORGANIZAÇÕES

Vivemos atualmente em uma sociedade de organizações: percorremos boa parte de nossas vidas dentro de organizações ou em com elas; tudo o que é necessário é criado, gerado, desenvolvido, produzido e comercializado por organizações, oferecem produtos, serviços, informação, conhecimento, entretenimento e tudo que é fundamental para nossas vidas (CHIAVENATO, 2010).

Conforme dizem Schuler e Toni (2015, p. 93), “toda organização tem sua própria personalidade, que é a sua essência, sua alma, seu espírito, representando a manifestação de sua cultura organizacional”.

Para Chiavenato (2010), a organização tem a finalidade de alcançar seus propósitos essenciais, para isso existem diversos tipos de organizações: empresas, indústrias, bancos, financeiras, hospitais, escolas e universidades, lojas, supermercados, *shopping centers*, postos de gasolina, restaurantes, teatros, cinemas, farmácias, fazendas, transportadoras e etc.

Chiavenato (2014, p. 2), destaca que as organizações dependem uma das outras:

as organizações dependem umas das outras para poderem sobreviver e competir em um complexo mundo de organizações. Elas fornecem insumos e recursos para que outras organizações possam funcionar e trabalhar. Há, portanto, um incrível universo de organizações. O dinâmico intercâmbio entre elas ultrapassa as fronteiras dos países e se projeta em escala global. A interdependência organizacional é cada vez maiores graças as alianças estratégicas entre organizações que se relacionam em redes integradas e complexas. Afinal, a união faz a força. E isso se aplica principalmente às organizações. Na verdade, elas tanto colaboram entre si com relação a recursos e investimentos, como também competem na disputa de clientes e mercados. Um complicado jogo de interesses para alcançar seus objetivos, que podem ser comuns ou antagônicos.

Contudo, as organizações fazem parte da sociedade em que vivemos. Elas não vivem sozinhas, não existem isoladas e nem são autossuficientes. Na verdade, elas são sistemas agindo dentro de sistemas maiores e estão introduzidas em um meio composto por outras diversas organizações (CHIAVENATO, 2014).

2.2.1 Processos organizacionais

De acordo com Ferreira (1986, p. 1395), processo é uma palavra originária do latim *processu* e significa “ato de proceder, de ir adiante; maneira pela qual se realiza uma operação, segundo determinadas normas, método, técnica”.

Segundo Harrington (1993, p. 10), “processo é qualquer atividade que recebe uma entrada (*input*), agrega-lhe valor e gera uma saída (*output*) para um cliente interno ou externo. Os processos fazem) para um cliente interno ou externo”.

Netto (2006), apud Paim et al., (2009, p. 102) define um processo organizacional como “simplesmente o modo como uma organização realiza seu

trabalho. Um processo pode ser grande e transfuncional, como a gestão de pedidos, ou relativamente circunscrito, como o cadastro de pedidos (que poderia ser considerado um processo em si ou um subprocesso da gestão de pedidos)”.

Paim et al. (2009, p. 103), destaca que os processos são a organização em movimento:

Os processos estão intrinsecamente relacionados aos fluxos de objetos na organização, sejam eles objetos materiais, informações, capital, conhecimento, ideias ou qualquer outro objeto que demande coordenação de seu fluxo. Os processos são a organização em movimento, são, também, uma estruturação para ação – para a geração e entrega de valor. A definição foi modificada essencialmente para relacionar processos com melhoria, controle e aprendizado, e para incluir a classificação de processos gerenciais e não só processos finalísticos e de apoio.

Às vezes, é interessante separar os processos de produção dos bens e serviços oferecidos dos demais processos que ocorrem na organização, como os processos relacionados com a gestão da organização e os de apoio aos processos produtivos (HARRINGTON, 1993).

Para Mattos (2011), existem três categorias básicas de processos organizacionais: processos de negócio (ou de cliente ou produtivo) são aqueles que indicam a atividade da organização e que são constituídos por outros processos internos, resultando no produto ou serviço; os processos organizacionais ou de integração organizacional são centralizados na organização e possibilitam o funcionamento coordenado da organização em busca de seu desempenho geral, garantindo o suporte adequado aos processos de negócio; e os processos gerenciais, são aqueles que incluem as ações de medição e ajuste do desempenho da organização, relacionado a área gerencial.

2.3 CULTURA

De acordo com Dias (2013) quando procuramos responder à pergunta “o que é cultura”, há diversas respostas, tanto no ponto de vista científico, quanto no uso comum no termo., porém tem dois entendimentos básicos. O primeiro é o termo que é identificado com a aquisição de um maior ou menor grau de determinado tipo de conhecimento, como a arte, a ciência, a religião etc. Nesse sentido, a maior ou menor obtenção dessas realizações proporcionam um maior ou menor grau de cultura.

O segundo entendimento, ligado com a literatura científica, cultura é o que considera tudo aquilo que é criado e aprendido pelo ser humano num grupo social, compreendendo o conjunto de conhecimentos, símbolos, experiências, costumes, comportamento etc. (DIAS, 2013).

Figura 2 – Denominação de cultura



Fonte: Dias (2013, p. 42)

Esse entendimento que será utilizado nesse trabalho, o ponto de vista científico sobre cultura.

2.3.1 A cultura organizacional

De acordo com Deal e Kennedy (1983, p. 501): “cultura é o jeito que nós fazemos as coisas por aqui”. Esta definição, um tanto ou quanto utilitarista, expressa com simplicidade, a cultura organizacional.

O autor Dias (2013), considera que as organizações podem ser como sociedades humanas que apresentam limites identificáveis. Desta maneira, as organizações apresentam todo tipo de interações sociais, ou seja, as mesmas que ocorrem entre as pessoas nas sociedades maiores onde estão inseridas.

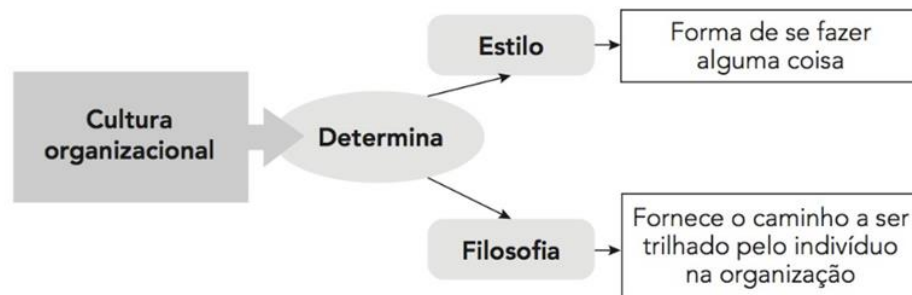
Conforme Perez e Cobra (2017), o comportamento das pessoas nas organizações é que envolvem os padrões da cultura organizacional. As crenças e valores de cada indivíduo dentro de uma organização interagem entre si.

Dias (2013, p. 74), ainda destaca que:

A conduta de um indivíduo numa organização é determinada pela sua filosofia; esta lhe fornece o caminho que deverá ser trilhado. O estilo por sua parte se refere à forma de se fazer alguma coisa. O estilo administrativo é a maneira diferenciada de se comportar um administrador no exercício de sua função.

Uma das responsabilidades mais importantes dos líderes que ocupam os cargos de gestão de uma organização é dar forma à cultura (DIAS, 2013).

Figura 3 – Cultura organizacional determina

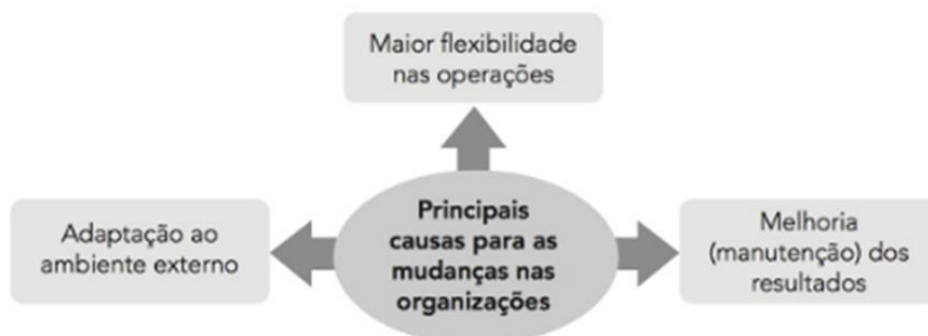


Fonte: Dias (2013, p. 75)

2.3.2 Mudança na cultura organizacional

Há muitas razões para que ocorra a mudança, e entre as principais citadas são: busca pela adaptação ao meio ambiente externo, melhoria dos resultados e maior flexibilidade nas operações (DIAS, 2013).

Figura 4 – Principais causas para as mudanças organizacionais



Fonte: Dias (2013, p. 78)

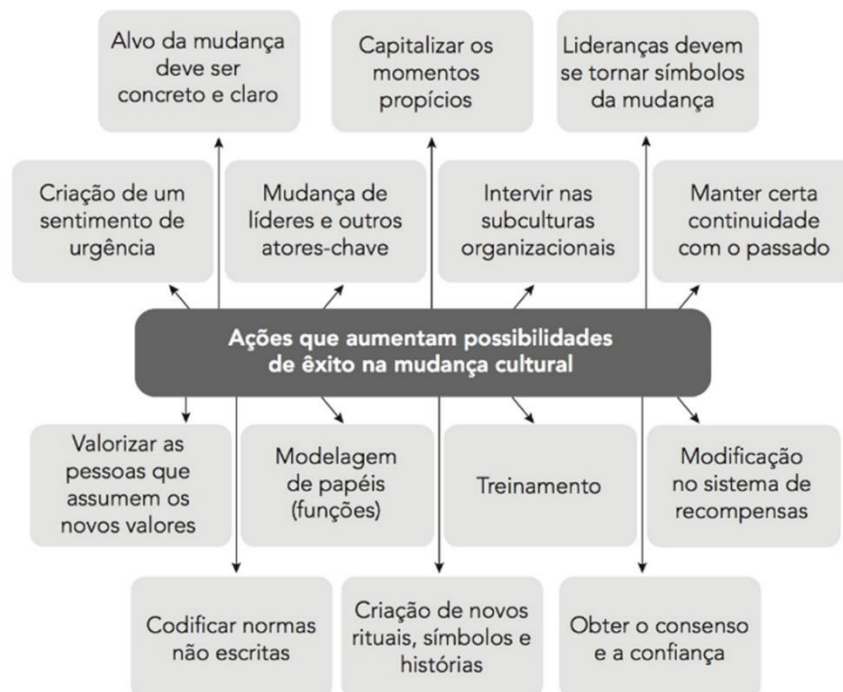
Freitas (2009, p. 66) descreve que a mudança cultural provoca esse tipo de reação porque os “símbolos que foram criados e as mensagens que faziam sentido

para aquele grupo precisam ser desconfirmadas ou simplesmente substituídas por outras contrárias ao que foi apreendido e valorizado pelo grupo como o certo ou o desejável”.

Em função de diversos fatores (econômicos, tecnológicos, políticos etc.), a mudança cultural é um desafio significativo para as empresas, principalmente nas mudanças constantes no ambiente externo destas. (DIAS, 2013).

Algumas ações realizadas em empresas que obtiveram sucesso em mudanças culturais são indicadas, conforme a Figura 5.

Figura 5 – Ações que aumentam possibilidades de êxito na mudança cultural



Fonte: Dias (2013, p. 80)

Diante disso, as organizações necessitam modificar sua cultura para atender às mudanças nas condições do entorno, para permanecerem competitivas e para prevenir a estagnação.

2.4 CONTABILIDADE

Segundo Iudícibus (2015), a Contabilidade, pode ser definida como forma de reconhecer, calcular e relatar dados econômico, financeiros, físicos e sociais, com o propósito possibilitar decisões e avaliação pelos seus usuários.

Não é descabido afirmar que a noção intuitiva de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, bastante antiga. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2.000 anos a.C. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao enumerar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade. É possível localizar os primeiros exemplos completos de contabilização, portanto, seguramente no terceiro milênio antes de Cristo, na civilização da Suméria e da Babilônia e Mesopotâmia (hoje Iraque), no Egito e na China. (IUDÍCIBUS, 2015, p.16).

Para Iudícibus et al., (2009) seus objetivos é analisar e mensurar a riqueza, permitindo informações para tomada de decisões.

Quanto aos princípios Santos et al., (2005) apontam que o fundamento para o desenvolvimento de todos os princípios contábeis é a justiça.

Segundo Iudícibus (2015), a Contabilidade, pode ser definida como forma de reconhecer, calcular e relatar dados econômico, financeiros, físicos e sociais, com o propósito possibilitar decisões e avaliação pelos seus usuários.

2.4.1 Evolução da contabilidade

Para a tomada de decisões, a contabilidade é um grande instrumento, que contribui com a geração de informações econômica, valorizando-as e relatando-as em forma de relatório. (IUDÍCIBUS et al., 2009).

A Contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social aplicada, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia, a Contabilidade utiliza os métodos quantitativos (matemática e estatística) como sua principal ferramenta. (Iudícibus et al., 2009, p.10).

Em certas organizações pequenas poderão faltar o economista, o engenheiro, ou o técnico de administração, mas certamente não faltará o técnico em contabilidade (IUDÍCIBUS, 2015).

Dessa forma podemos afirmar que a contabilidade é uma das áreas mais relevantes de uma organização, aparecendo cada vez mais no mercado.

Guerra (2013), afirma que a Contabilidade Brasileira na sua aplicação e campo de atuação, vem sendo palco de grandes e frequentes processos de mudanças em seu escopo.

Crepaldi (2013) completa que há um descompasso entre as exigências contábeis e a Receita Federal do Brasil o que faz com que o trabalho do contador tenha um custo mais elevado para pequenas e médias empresas e acabam postergando os ajustes a serem feitos.

2.5 ESTOQUES

Segundo Slack et al., (2001), estoques referem-se à acumulação de recursos materiais em um sistema de transformação.

Moreira (2004), por sua vez, define como sendo quaisquer quantidades de bens físicos conservados de forma improdutivo por determinado intervalo de tempo, tanto de produtos acabados, como de matérias primas ou produtos intermediários.

2.5.1 Estoques na contabilidade

De acordo com Almeida (2010), os estoques são recursos designados a comercialização ou industrialização, eles são relevantes na apuração do lucro líquido de cada exercício social e na indicação do valor capital circulante líquido do balanço patrimonial.

Na maioria das entidades os estoques representam valores significantes no ativo circulante. Segundo Slack et al., (2001. p. 34):

Em algumas, o valor dos estoques é relativamente pequeno comparado com os custos dos insumos totais da operação. Em outras, ele será muito mais alto, especialmente onde armazenagem é o principal propósito da operação. Nesse caso, o valor dos bens mantidos no armazém é provavelmente muito alto comparado com seus gastos do dia-a-dia em coisas como custos de mão-de-obra, de locação e operacionais. Algumas vezes, o valor dos estoques pode ser tão alto que não é nem mesmo incluído nos demonstrativos financeiros gerais da organização; isso seria verdade, por exemplo, em refinarias de metais preciosos. (Slack et al., 2001. p. 34).

Os estoques como matérias primas, as embalagens, mercadorias para revenda e outros insumos utilizados nos processos de produção, são valorizados por seu valor de aquisição (MARTINS, 2010).

2.5.2 Gestão dos estoques

A gestão dos estoques é todo o processo executado para registrar, inspecionar e controlar a entrada ou saída de mercadorias, de qualquer lugar, seja ele destinado à comercialização, guarda ou consumo na produção. (ARAÚJO, 2007).

Para Chiavenato (1991, p. 75) “um dos grandes desafios da administração de materiais está em dimensionar e controlar os estoques para tentar mantê-los em níveis adequados, ou tentar reduzi-los sem afetar o processo produtivo e sem aumentar os custos financeiros”.

De acordo com Martins (2010), podemos dividir em três campos os problemas com relação aos estoques numa empresa, avaliação, controle e programação.

Gurgel (2000, p. 67) afirma que “o controle dos estoques envolve as tarefas de coordenação dos fornecedores, condições físicas, armazenamento, distribuição e registro das existências de todas as mercadorias”.

2.6 PRODUÇÃO

A produção é a área encarregada pela administração de todo conjunto de processos de transformação que originará o produto ou o serviço, sua responsabilidade é a definição da quantidade produzida e a coordenação de máquinas, materiais e funcionários (MOREIRA, 2012).

Conforme Martins (1998, p. 1) a produção é entendida:

A função produção, entendida como o conjunto de atividades que levam à transformação de um bem tangível em um outro com maior utilidade, acompanha o homem desde a sua origem. Quando polia a pedra a fim de transformá-la em utensílio mais eficaz, o homem pré-histórico estava executando uma atividade de produção.

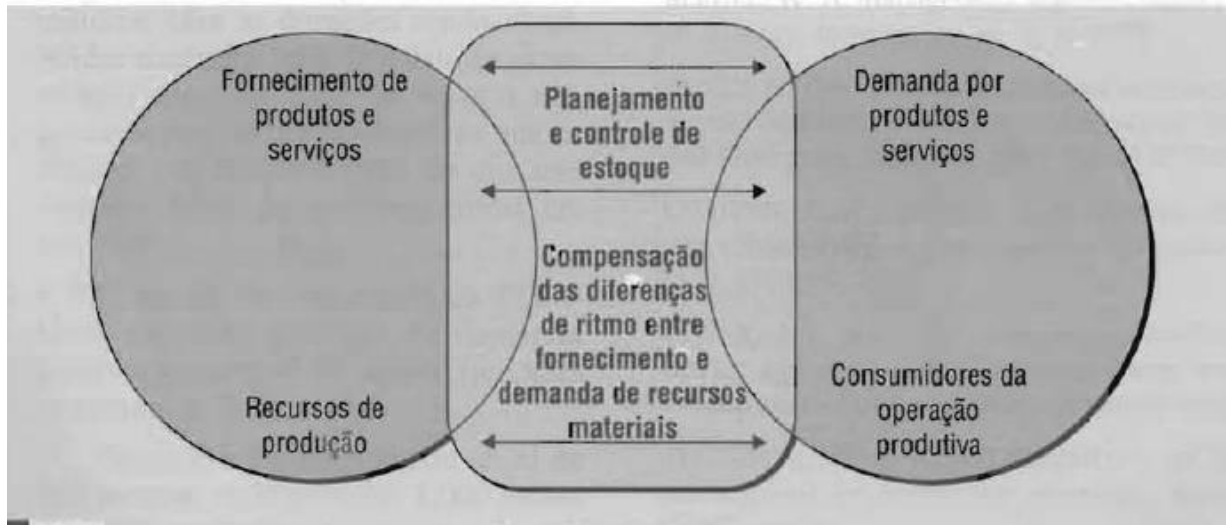
Slack et al., (2001), define que a transformação é a natureza da produção, ou a operação que produz bens ou serviços, ou o misto dos dois, que processam materiais, que modificam suas propriedades físicas (forma, composição ou características).

Para Moreira (2012, p. 120) “o que deve ficar bem claro é que os sistemas de produção podem ser vistos como sistemas de conversão, em que insumos são convertidos em produtos”.

2.6.1 Administração da produção

Slack et al., (2001) para transformar um projeto em um produto, os ingredientes são os materiais, que necessitam ser conectados de alguma maneira para ter o relacionamento entre eles formalizado, conforme Figura 6.

Figura 6 – Conexão projeto em produto



Fonte: Slack et al., (2001).

Moreira (2012, p. 11) explica que:

Todo sistema de produção recebe influências variadas do meio, tanto externas como internas da empresa, bem como restrições ao seu funcionamento. Internamente, há serviços essenciais sem os quais a produção de um bem ou a prestação de um serviço não existem. Esses serviços formam as áreas funcionais, como marketing, finanças, gestão de pessoas etc. Há uma interação constante entre o sistema de produção e essas funções, com influências recíprocas e impactos de lado a lado.

Algum controle deve ser exercido, para que saiba quanto material foi empenhado em cada produto, registro da requisição ao almoxarifado, apontamento e o consumo de materiais (MARTINS, 2010).

Moreira (2012, p. 17):

No caso dos produtos físicos, para produzir determinada unidade, são sempre usadas as mesmas quantidades de matérias-primas, procurando-se manter constante a sua qualidade. As rotinas de produção são padronizadas e o tempo de produção de máquinas e pessoas são sempre os mesmos.

Slack et al., (2001) complementa que em cada atividade e movimentação de estoque, deve ser gerida nos sistemas, pois a demanda vai gradualmente consumindo o estoque.

2.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

De acordo com Graeml (2003), a sociedade teve uma notável transformação por conta de informática, segundo muitos autores essa mudança é tão significativa que acreditam que estamos vivendo uma nova era, a era da informação.

Cada vez mais, é praticável armazenar dados que determina um produto ou serviço em formato digital em sistemas de computador, todas as operações usam alguma forma de tecnologia de processo, de um humilde processador de texto até os mais sofisticados processos de fábricas automatizadas Slack et al. (2001).

A tecnologia da informação tem colaborado para grandes transformações em nossa sociedade, estas encurtam distâncias e possibilitam que máquinas façam com grande eficiência tarefas que exigiam muito esforço e tempo humano (GRAEML, 2003).

2.7.1 O avanço da tecnologia da informação

A tecnologia da informação evoluiu muito rapidamente conforme Gonçalves e Riccio (2009, p. 7):

A tecnologia de informação (TI) inicialmente abrangia computadores e *softwares* voltados para armazenamento, processamento e análise de informações. Na década de 80, quando se popularizaram os computadores pessoais, particularmente pelo uso de softwares de entretenimento planilhas eletrônicas, surgiu a TI de escritório, composta pelos sistemas de automação de escritório, voltada ao gerenciamento de documentos, de agendas de e a comunicação. Também na década de 80, a automação industrial ganhou força, levando a TI ao chão de fábrica, interligando o projeto à manufatura. Equipamentos fabris (robôs, sensores e outros dispositivos) passaram a receber comandos diretamente dos softwares. Contou-se com o avanço da mecânica de precisão, equipamentos mecânicos passaram a ser programáveis e a executar processos com maior precisão. A partir da década de 90, uma tecnologia de rede de computadores tornou-se padrão mundial: o conjunto tecnológico *TCP/IP* (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*) e *WWW* (*World Wide Web*) deu origem à Internet como conhecemos hoje, que passará a ser denominada de Internet ou de “a rede”. Com a Internet não apenas foram disponibilizados trilhos, isto é, a infraestrutura para comunicação rápida, mas também o conceito de “estar” na rede.

De acordo com Graeml (2003), o uso da TI resulta na revisão de processos, de tal maneira que com frequência necessitam ser redesenhados, pois a criação de sistema para executar processos ruins, resulta apenas na geração de erros com maior velocidade.

2.7.2 Sistemas de informação

Conforme Gonçalves e Riccio (2009), a perspecção social vasta se sistemas de informação destaca sua utilidade para a realização de processos de comunicação. Este conceitua também que: “sistemas de informação são considerados mecanismos que permitem acesso às informações neles registradas, informações cognitivo-sociais, que incluem as estruturas de conhecimento compartilhadas por membros de um grupo social”.

Conforme Oliveira, (2011, p. 9): “Ambiente do sistema é o conjunto de elementos que não pertencem ao sistema, mas qualquer alteração no sistema pode mudar ou alterar os seus elementos e qualquer alteração nos seus elementos pode mudar ou alterar o sistema”.

A Figura 7 evidencia que algumas organizações têm adotado a TI para ampliar o controle de seus processos já em compensação outras, com a adoção dos mesmos recursos de TI, fortalecem a descentralização e a autonomia, promovendo maior envolvimento da força de trabalho (Gonçalves e Riccio, 2009).

Figura 7 – Informações e tempo até o colapso

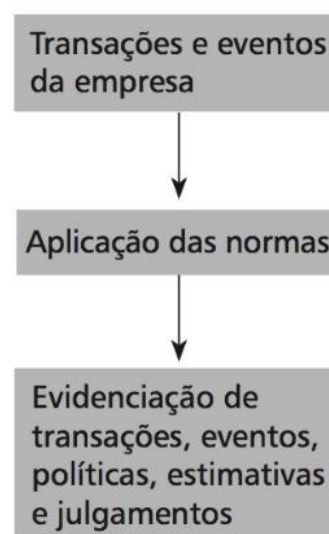
INFORMAÇÕES	CATEGORIA	TEMPO DECORRIDO DA FALTA DA INFORMAÇÃO ATÉ O COLAPSO
Documentos reportando transações: notas fiscais, duplicatas etc.	Operacionais	Horas a dias
Relatórios de operações diárias ou semanais. Relatório apontando exceções.	Controle operacional	Dias a semanas
Relatórios para planejamento e controle, apontando tendências de longo prazo.	Controle gerencial e planejamento estratégico	Meses a anos

Fonte: Gonçalves e Riccio (2009, p. 16)

Segundo Gonçalves e Riccio (2009, p. 30), “todos os controles organizacionais, quer formais ou informais, baseiam-se em informações. O controle formal das atividades operacionais para a organização da atividade produtiva normalmente ocorre em níveis organizacionais inferiores”. Esses controles geralmente necessitam de informações bem-estruturadas, como número de peças defeituosas, quantidade de matéria-prima em estoque, número de passagens aéreas reservadas etc. Tais informações são facilmente obtidas por meio de consultas aos sistemas de informação.

A Figura 8 evidencia como os controles internos das organizações, consistem em informações, e com a grande função de gerar demonstrações contábeis especialmente voltadas aos usuários externos, como investidores, credores, entidades arrecadoras de tributos, fornecedores, clientes, empregados/sindicatos segundo Gonçalves e Riccio (2009, p. 31).

Figura 8 – Parte da informação contábil para usuários externos



Fonte: Gonçalves e Riccio (2009, p. 31)

Nesse sentido desenvolveu o conceito de *ERP*, também conhecido como Sistema Integrado de Gestão, assim chamado, no ponto de vista de Gil, Biancolino e Borges (2010) por ter sido concebido e objetivar unificar todas as informações geradas na organização.

Segundo Gonçalves e Riccio (2009, p. 209):

Os sistemas *ERP* são uma coleção integrada de módulos/subsistemas de informação que atendem a todas as necessidades de um negócio, que partilham dos mesmos dados e que trazem embutidos em si processos de trabalho padronizados que procuram representar as melhores práticas mundiais para cada função. Eles integram procedimentos operacionais dos diferentes setores empresariais numa visão horizontal de processos interligados.

Para Mattos (2005, p. 49), um dos aspectos principais de um sistema integrado é ter um único dado em um único lugar. Além do *ERP*, contudo, há a carência da utilização de outros sistemas para atender a outras necessidades dos usuários, compondo a totalidade do Sistema de Informação (SI) da organização.

Como expõem Gil, Biancolino e Borges (2010, p. 173):

[...] outros sistemas componentes do SI são necessários não só para complementar o conjunto das informações transacionais já fornecidas pelo *ERP* como também para proporcionar à direção e demais usuários desses sistemas outros tipos de informação não transacionais e que só podem ser extraídas de sistemas bem particulares, construídos para serem utilizados por áreas muito específicas da empresa.

Sendo assim, o módulo responsável dos Estoques, traz detalhamento sobre este, como saldos e movimentações, bem como, associados a outros modelos como gestão de compras, vendas e controle da produção (GONÇALVES E RICCIO, 2009).

2.7.3 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Com o avanço da internet, a Receita Federal do Brasil (RFB) através do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 institui o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED):

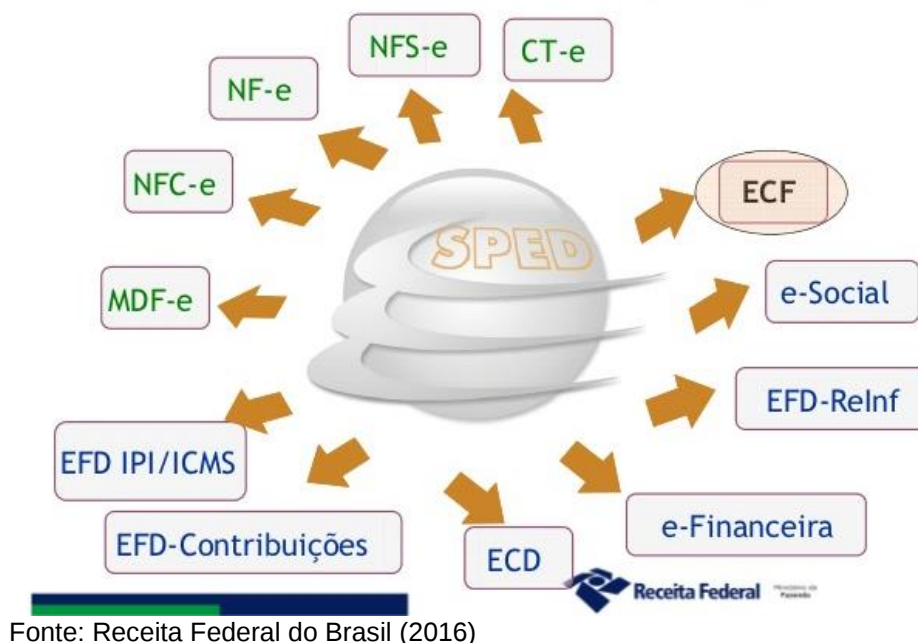
Art. 1º Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.
Art. 2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Segundo Azevedo e Mariano (2010), o SPED tem o propósito de padronizar as obrigações com o fisco, e que o contribuinte terá uma facilidade com suas

informações de obrigações acessórias, também menciona que é a mudança da “cultura do papel” presente nos tempos de hoje, substituída pelos arquivos digitais.

Conforme a Figura 9, o SPED divide-se em doze módulos independentes, porém com o objetivo de amarrar as informações e fazer os cruzamentos entre elas. Os módulos são Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e), Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital PIS/COFINS (EFD Contribuições), Escrituração Fiscal Digital ICMS e IPI (EFD ICMS e IPI), Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), e alguns ainda em construção como Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD Reinf), Operações Financeiras (e-Financeira), Escrituração Fiscal, Previdenciárias e Trabalhista (eSocial).

Figura 9 – Sistema Público de Escrituração Digital



2.7.4 Escrituração Fiscal Digital ICMS e IPI (EFD-ICMS/IPI)

Através do convênio ICMS nº 146/2006 e protocolo ICMS nº 77/2008, ficou regulamentado a obrigatoriedade da EFD para os contribuintes do ICMS e/ou do IPI para a geração de arquivos digitais, conforme Ajuste SINIEF 2, de 3 de abril de 2009:

Cláusula primeira. Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital - EFD, para uso pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

§ 1º A Escrituração Fiscal Digital - EFD compõe-se da totalidade das informações, em meio digital, necessárias à apuração dos impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, bem como outras de interesse das administrações tributárias das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

§ 2º Para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica da EFD, as informações a que se refere o § 1º serão prestadas em arquivo digital com assinatura digital do contribuinte ou seu representante legal, certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A EFD é um arquivo digital, assinado digitalmente e transmitido, via Internet ao ambiente SPED, que integra um grupo de escriturações de documentos fiscais e de outros dados de relevância dos fiscos das entidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, tal como de registros de apuração de impostos relativos às operações e prestações praticadas pelo contribuinte (Portal SPED, 2015).

A EFD será obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2009, para todos os contribuintes do ICMS e/ou IPI.

Conforme Quadro 1, o arquivo digital é constituído de blocos, cada qual com um registro de abertura, com registros de dados e com um registro de encerramento, referindo-se cada um deles a um agrupamento de documentos e de outras informações econômico-fiscais.

Quadro 1 – Blocos da EFD-ICMS/IPI

Bloco	Descrição
0	Abertura, Identificação e Referências
C	Documentos Fiscais I – Mercadorias (ICMS/IPI)
D	Documentos Fiscais II – Serviços (ICMS)
E	Apuração do ICMS e do IPI
G*	Controle do Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP
H	Inventário Físico
K**	Controle da Produção e do Estoque
1	Outras Informações
9	Controle e Encerramento do Arquivo Digital

Fonte: Ato COTEPE/ICMS nº 09, de 18 de abril de 2008

As especificações técnicas do leiaute do arquivo digital foram definidas pelo Ato COTEPE/ICMS nº 09, de 18 de abril de 2008.

2.7.5 Controle da Produção e do Estoque (Bloco K)

O bloco K é na verdade a obrigatoriedade do livro RCPE, modelo 3, que se destina à escrituração dos documentos fiscais e dos documentos de uso interno da organização, equivalente às entradas e às saídas, à produção, bem como às quantidades referentes aos estoques de mercadorias, os registros eram feitos operação a operação, devendo ser utilizada uma folha para cada espécie, marca, tipo e modelo de mercadorias.

Este bloco se destina a prestar informações mensais da produção e respectivo consumo de insumos, bem como do estoque escriturado, relativos aos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e pelos atacadistas (Guia Prático EFD-ICMS/IPI, versão 2.0.19).

A sua obrigatoriedade para 1º de janeiro do ano de 2016, foi regulamentada através do Ajuste SINIEF 17, de 21 de outubro de 2014:

§ 7º A escrituração do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2016, para os estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e para os estabelecimentos atacadistas, podendo, a critério do Fisco, ser exigida de estabelecimento de contribuintes de outros setores.

Em seguida prorrogado através do Ajuste SINIEF 13, de 11 de dezembro de 2015:

§ 7º A escrituração do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque será obrigatória na EFD a partir de:

I - 1º de janeiro de 2017:

a) para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$300.000.000,00;

b) para os estabelecimentos industriais de empresa habilitada ao Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) ou a outro regime alternativo a este;

II - 1º de janeiro de 2018, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$78.000.000,00;

III - 1º de janeiro de 2019, para: os demais estabelecimentos industriais; os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e os estabelecimentos equiparados a industrial.

Para os estabelecimentos industriais fabricantes de bebidas e dos fabricantes de produtos do fumo, a escrituração do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque foi antecipada conforme art.1 da IN/RFB Nº 1652, de 20 de junho de 2016:

Art. 1º Ficam obrigados à escrituração do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque integrante da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS IPI, referente aos fatos ocorridos a partir de 1º de dezembro de 2016:

I - os estabelecimentos industriais fabricantes de bebidas (Divisão CNAE 11), excetuando-se aqueles que fabricam exclusivamente águas envasadas (Classe CNAE 1121-6); e

II - os estabelecimentos industriais fabricantes de produtos do fumo (Grupo CNAE 122).

Após esses prazos a RFB se pronunciou a respeito do bloco K, e divulgou no Diário Oficial, a IN/RFB nº 1.672 de 23 de novembro de 2016, exigindo somente o registro K200 (Estoque Escriturado) e K280 (Correção de Apontamento – Estoque Escriturado), que nada mais é que o estoque mensal e respectivo ajuste, quando houver:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece critérios para o cumprimento da obrigação prevista no art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.652, de 20 de junho de 2016, relativa à escrituração do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque integrante da Escrituração Fiscal Digital (EFD) utilizados pelos estabelecimentos industriais fabricantes de bebidas e dos fabricantes de produtos do fumo, para apuração do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) ou do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Art. 2º Para fins de cumprimento da obrigação relativa à escrituração do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque (Bloco K integrante da EFD) de que trata o art. 1º, serão observados os seguintes critérios:

I - para fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018, a escrituração do Bloco K da EFD fica restrita à informação dos saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280; e

II - para fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2019, a escrituração do Bloco K da EFD deverá ser completa.

Art. 3º A obrigação a que se refere o caput do art. 2º independe de faixa de faturamento estabelecida na Cláusula Terceira do Ajuste Sinief nº 02, de 3 de abril de 2009.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Em seguida saiu o Ajuste SINIEF 25, de 09 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a EFD e escalona prazos e CNAES para entrega do K200 e K280, para o restante das Indústrias e Equiparadas:

Cláusula primeira: Os dispositivos a seguir indicados do § 7º da cláusula terceira do Ajuste SINIEF 02/09, de 3 de abril de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o inciso I:

“I - para os estabelecimentos industriais pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$300.000.000,00:

a) 1º de janeiro de 2017, restrita à informação dos saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);

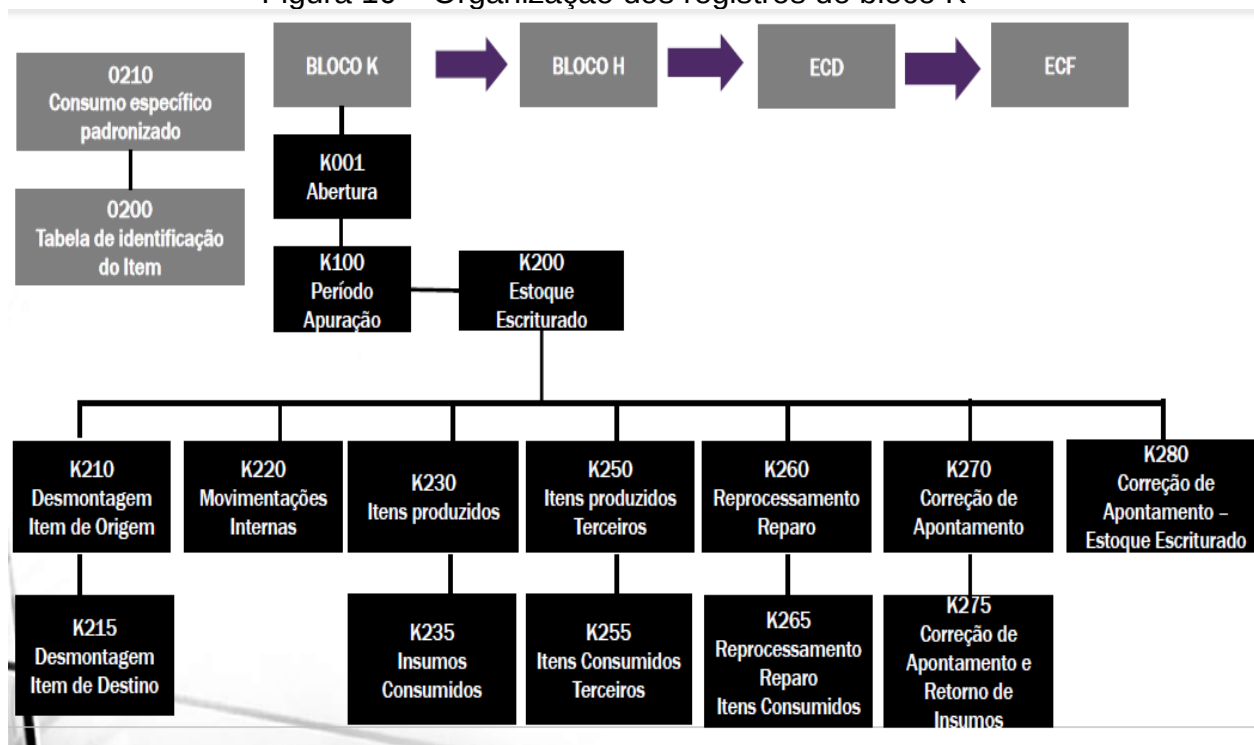
b) 1º de janeiro de 2019, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 11, 12 e nos grupos 291, 292 e 293 da CNAE;

c) 1º de janeiro de 2020, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 27 e 30 da CNAE;”

Para fins do bloco K, estabelecimento industrial é aquele que possui qualquer dos processos que caracterizam uma industrialização, segundo a legislação de ICMS e de IPI, e cujos produtos resultantes sejam tributados pelo ICMS ou IPI, mesmo que de alíquota zero ou isento (GUIA PRÁTICO EFD-ICMS/IPI, versão 2.0.20).

O bloco K é formado por vários registros, conforme ilustra a Figura 10.

Figura 10 – Organização dos registros do bloco K



Fonte: Adaptado pelo autor através do Guia Prático EFD-ICMS/IPI, versão 2.0.20

Conforme o Guia Prático EFD-ICMS/IPI, versão 2.0.20, podemos descrever o que significa cada registro para geração do bloco K.

Registro 0190: este registro é a identificação das unidades de medida utilizadas no arquivo digital.

Registro 0210: este registro é denominado Consumo Específico Padronizado, somente deve existir quando o tipo do item for produto em processo ou acabado, deve ser informado conforme os processos de produção da atividade dos produtos fabricados pelo próprio estabelecimento ou por terceiro, com a perda normal percentual de um insumo/componente para se produzir uma unidade de produto resultante.

Registro 0200: este registro é denominado Tabela de Identificação do Item - Produto ou Serviço, tem por finalidade informar mercadorias, serviços, produtos, ou quaisquer outros itens relacionados às transações fiscais e aos movimentos de estoques em processos produtivos, observando o tipo do item conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Tipo do item

Tipo do item – Atividades Industriais, Comerciais e Serviços:
00 – Mercadoria para Revenda;
01 – Matéria-Prima;
02 – Embalagem;
03 – Produto em Processo;
04 – Produto Acabado;
05 – Subproduto;
06 – Produto Intermediário;
07 – Material de Uso e Consumo;
08 – Ativo Imobilizado;
09 – Serviços;
10 – Outros insumos;
99 – Outras

Fonte: Guia Prático EFD-ICMS/IPI, versão 2.0.20

A classificação do item não se altera a cada movimentação, por isso os tipos do item (produto ou serviço) devem ser informados a destinação inicial do produto, considerando-se os principais conceitos conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Conceitos tipos de produto

Mercadoria para revenda - Produto adquirido para comercialização;
Matéria-prima - A mercadoria que componha, física e/ou quimicamente, um produto em processo ou produto acabado e que não seja oriunda do processo produtivo. A mercadoria recebida para industrialização é classificada como Tipo 01, pois não decorre do processo produtivo, mesmo que no processo de produção se produza mercadoria similar classificada como Tipo 03;
Produto em processo - O produto que possua as seguintes características, cumulativamente: oriundo do processo produtivo; e, predominantemente, consumido no processo produtivo. Dentre os produtos em processo está incluído o produto resultante caracterizado como retorno de produção. Um produto em processo é caracterizado como retorno de produção quando é resultante de uma fase de produção e é destinado, rotineira e exclusivamente, a uma fase de produção anterior à qual o mesmo foi gerado. No “retorno de produção”, o produto retorna (é consumido) a uma fase de produção anterior à qual ele foi gerado. Isso é uma excepcionalidade, pois o normal é o produto em processo ser consumido em uma fase de produção posterior à qual ele foi gerado, e acontece, portanto, em poucos processos produtivos;
Produto acabado - O produto que possua as seguintes características, cumulativamente: oriundo do processo produtivo; produto final resultante do objeto da atividade econômica do contribuinte; e pronto para ser comercializado;
Subproduto - O produto que possua as seguintes características, cumulativamente: oriundo do processo produtivo e não é objeto da produção principal do estabelecimento; tem aproveitamento econômico; não se enquadre no conceito de produto em processo (Tipo 03) ou de produto acabado (Tipo 04);
Produto intermediário - Aquele que, embora não se integrando ao novo produto, for consumido no processo de industrialização;

Fonte: Adaptado pelo autor através do Guia Prático EFD-ICMS/IPI, versão 2.0.20

Registro K001: este registro é denominado Abertura do Bloco K, é abertura do bloco K, indica se há ou não movimentos no período.

Registro K100: este registro é denominado Período de Apuração de ICMS/IPI e tem a finalidade de informar o período de apuração do ICMS ou do IPI.

Registro K200: este registro é denominado Estoque Escriturado e tem a finalidade de informar o estoque final escriturado do período de apuração informado. Seguindo a seguinte fórmula:

Estoque final = estoque inicial + entradas/produção/movimentação interna – saída/consumo /movimentação interna.

Registro K210: este registro é denominado Desmontagem de mercadorias – Item de Origem e tem a finalidade de escriturar a desmontagem de mercadorias, informando o item origem, a data da retirada do estoque e a quantidade.

Registro K215: este registro é denominado Desmontagem de mercadorias – Item de Destino e tem a finalidade escriturar a desmontagem de mercadorias no que se refere à entrada em estoque do item de destino, informando o item destino e a quantidade.

Registro K220: este registro é denominado Outras Movimentações Internas Entre Mercadorias e tem a finalidade de transformar um produto em outro, desde que

seja mesma unidade de medida no que se refere à entrada em estoque do item de destino.

Registro K230: este registro é denominado Itens Produzidos e tem a finalidade de informar a produção acabada de produto em processo e produto acabado.

Registro K235: este registro é denominado Insumos Consumidos e tem a finalidade de informar o consumo de itens no processo produtivo, vinculado ao produto resultante informado no K230.

Registro K250: este registro é denominado Industrialização Efetuada Por Terceiros – Itens Produzidos e tem a finalidade de informar os produtos que foram industrializados por terceiros e sua quantidade.

Registro K255: este registro é denominado Industrialização Em Terceiros – Insumos Consumidos e tem a finalidade de informar a quantidade de insumos que foi remetido ao terceiro para ser industrializado, vinculado ao produto resultante informado no K250.

Registro K260: este registro é denominado Reprocessamento/Reparo de Produto/Insumo e tem a finalidade de informar o produto que será reprocessado ou reparado, desde que permaneça no mesmo código.

Registro K265: este registro é denominado Reprocessamento/Reparo – Mercadorias Consumidas e/ou Retornadas) e tem a finalidade de informar o consumo de mercadoria e/ou o retorno de mercadoria ao estoque, ocorridos no reprocessamento/reparo registro K260.

Registro K270: este registro é denominado Correção de Apontamento dos Registros K210, K220, K230, K250 e K260 e tem a finalidade de escriturar correção de apontamento de período de apuração anterior, relativo aos registros pai.

Registro K275: este registro é denominado Correção de Apontamento e Retorno de Insumos dos Registros K215, K220, K235, K255 e K265 e tem a finalidade de escriturar correção de apontamento de período de apuração anterior, relativo ao registros filho.

Registro K280: este registro é denominado Correção de Apontamento – Estoque Escriturado e tem a finalidade de escriturar correção de apontamento de estoque escriturado de período de apuração anterior.

Registro K990: este registro é denominado Encerramento do Bloco K, é o encerramento do bloco K e é gerado automaticamente pelo sistema.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

De acordo com Marconi e Lakatos (1990, p. 15), “a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um trabalho científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Essa pesquisa terá quanto aos procedimentos, uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de se basear no conhecimento repassado pelos referidos autores pesquisados referentes aos assuntos relacionados com o tema da pesquisa, analisar e evidenciar os fatos ocorrentes na implantação do bloco K, complementando com um estudo de caso relacionado a uma cooperativa agroindustrial de bebidas situada na serra gaúcha.

Cervio e Bervian (2002, apud, Guth e Pinto 2007) colocam que a pesquisa bibliográfica busca esclarecer um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.

Pode ser realizada autonomamente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental, as duas buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto tema ou problema.

O estudo de caso segundo Gil (2010), não se dão num seguimento inflexível, seu planejamento inclina-se a ser condescendente e com a regularidade do desenvolvimento e uma etapa para a os procedimentos da seguinte, as etapas podem ser definidas da seguinte maneira: Formulação dos problemas e das questões de pesquisas, definição das unidades de caso, seleção dos casos, análise e interpretação dos dados e redação do relatório.

Cervio e Bervian (2002, apud Guth e Pinto 2007) afirmam que o estudo de caso é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja significativo para pesquisar dados diversos de seu andamento.

Complementa Gil (2010, p. 119) “os estudos de caso executados com rigor requerem a utilização de fontes documentais, entrevistas e observações” e (ibid Gil, p. 120) “quando bem conduzidos, a coleta de dados é feita mediante, observação e análise de documentos”.

Já em relação aos objetivos é uma pesquisa descritiva no qual se utiliza técnicas como questionário, formulários etc., a pesquisa consiste na investigação empírica onde a principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chave.

Conforme Gil (2002, apud Guth e Pinto 2007, p. 42) “entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo”.

Guth e Pinto (2007) também consideram uma pesquisa de estudos relações de variáveis, que se referem a evidenciação de variáveis relacionados a alguma questão ou situação, da mesma forma que a descoberta de relações relevantes entre variáveis.

Quanto a forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, segundo Guth e Pinto (2007, p. 74) “a abordagem qualitativa é uma forma de conhecer a natureza de um fenômeno social e seu uso justifica-se na investigação de problemas que não podem ser pesquisados com uma metodologia quantitativa”.

A pesquisa qualitativa é importante como forma para definir o que é significativo para o indivíduo, propõe um método, a partir de questões chave identificadas e após perguntas são formuladas, para entender minuciosamente o comportamento de algum indivíduo e o que leva a agir de determinada forma, mostrando áreas de consenso tanto positivo como negativo, as opiniões nas respostas é extremamente útil em diversas situações que abrange a evolução e aprimoramento de novas ideias (GUTH e PINTO, 2007).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Quanto aos procedimentos e coleta de dados foram utilizados nesse estudo, primeiramente uma revisão bibliográfica do tema em livros, artigos e outras fontes, após foi analisado e descrito as atividades, adequações e mudanças com a implantação do bloco K.

Por final realizou-se um questionário semiestruturado com perguntas fechadas para ser aplicados aos entrevistados, nos qual foi aplicado nos colaboradores de diversos setores da cooperativa Beta, com as respostas do

questionário, foi realizada uma análise qualitativa dos dados levantados, utilizando o embasamento teórico alinhando ao objetivo a questão da pesquisa.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

4 ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

4.1.1 Histórico

O estudo de caso será desenvolvido junto a uma cooperativa agroindustrial, sendo que, visando preservar a identidade da organização e de seus associados, para fins da pesquisa, ela será denominada Cooperativa Agroindustrial Beta, do ramo agropecuário, com mais de 250 colaboradores e uma história de mais de 80 anos, hoje é a junção de cinco tradicionais cooperativas vitivinícolas da Serra Gaúcha: Cooperativa A e a Cooperativa B, de Caxias do Sul, a Cooperativa C e a Cooperativa D, de Flores da Cunha e a Cooperativa E, de Farroupilha, com em torno de 900 famílias associadas, em três regiões produtoras mostrando o que o país oferece de melhor para o cultivo de videiras: Serra Gaúcha, Encruzilhada do Sul, Sudeste e Campanha Gaúcha.

Desde 2013 a produção de suco e o envase de vinho e de espumante estão concentrados em Flores da Cunha, que conta com um prédio de 24 mil metros quadrados e capacidade para processar até 60 milhões de quilos de uva por ano, uma das maiores e mais modernas plantas industriais de suco de uva integral da América Latina.

A principal matéria prima da cooperativa é a uva cultivada pelos seus associados, além da uva é comprado de não associados polpas e sucos concentrados de frutas como laranja, pêssego, abacaxi, limão, maracujá, maçã e bergamota para elaboração de bebidas de diversos sabores.

Com seis linhas de produção de envase, os produtos se tornam diversificados, pois além de todas as frutas citadas acima compondo as diversas formulações de produtos como suco de uva integral e orgânico, sucos de diversos sabores, vinhos comuns e finos, espumantes, néctares e bebidas não alcoólicas podem ser produzidos em embalagens de vidro, plástico (PET), cartonado (*Tetra Pak*) e bolsas plásticas (*bag in box*).

A safra do ano de 2017 evidenciou o recebimento de 43.358.610 milhões de quilos de uva, e o faturamento do primeiro trimestre representou 32.509.485,89 milhões de reais.

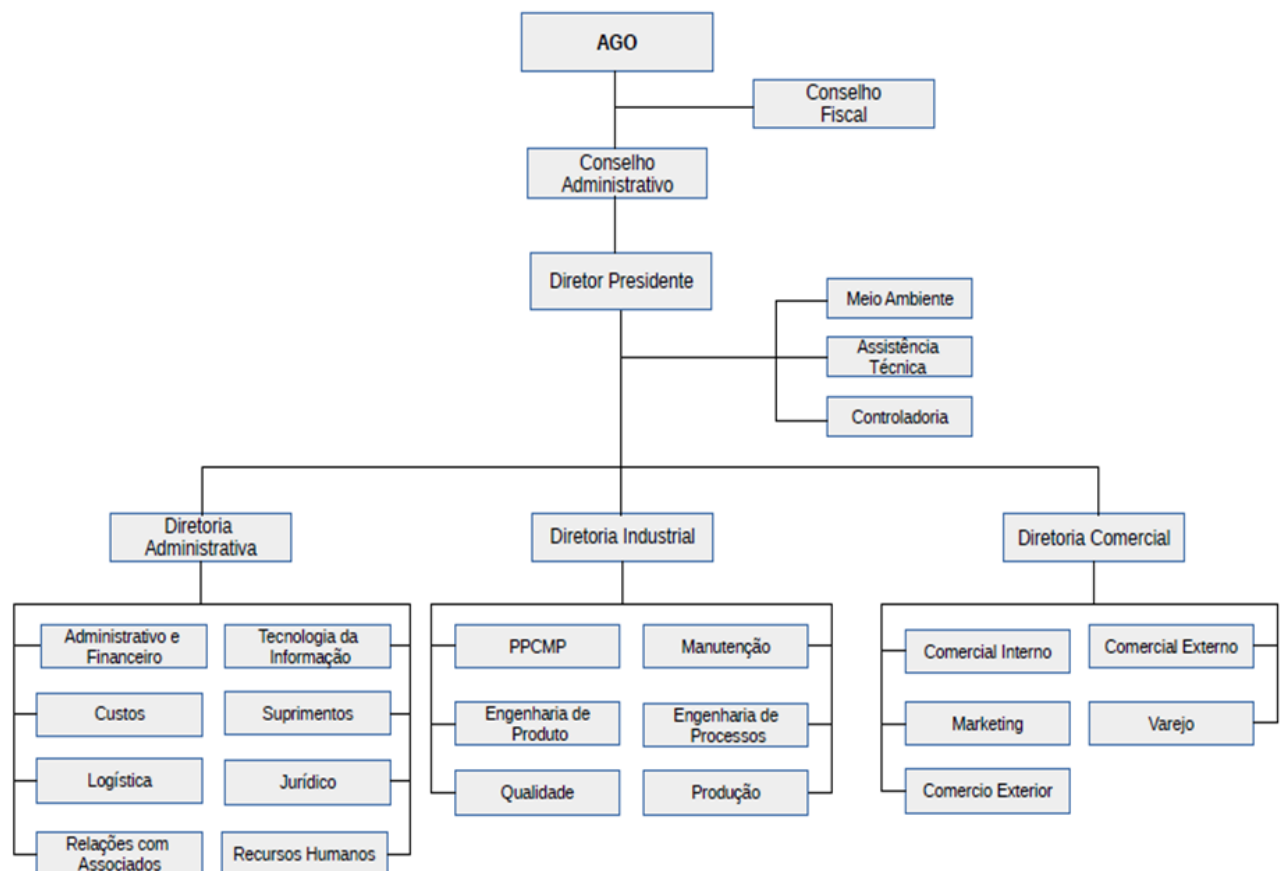
4.1.2 Valores e princípios

A Cooperativa Beta tem como valores cooperação, credibilidade, responsabilidade, comprometimento, inovação, sustentabilidade e prudência. Seus princípios são: ética, transparência, compromisso, respeito, qualidade e satisfação onde seguindo a tradição trazida pelos imigrantes italianos é sustentada pelo trabalho e empenho de diversas famílias que mantêm pequenas propriedades.

4.1.3 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da Cooperativa Beta demonstrada na Figura 11, é formada pela Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho Administrativo, Diretoria e 22 setores divididos em: 9 administrativos, 8 industriais e 5 comerciais.

Figura 11 – Organograma organizacional Beta



Fonte: Cooperativa Beta (2017)

De acordo a Lei nº 5.764, de 1971 no art. 38, em uma cooperativa a assembléia geral dos associados é o órgão superior da sociedade “tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes”.

A Assembléia Geral Ordinária (AGO) acontece anualmente após o término do exercício social nos 3 primeiros meses do ano, tendo como fins a prestação de contas, a destinação das sobras ou o rateio das perdas e a eleição dos conselheiros;

Sempre que for necessário realiza-se a assembléia geral extraordinária que trata de qualquer assunto de interesse da cooperativa.

O conselho fiscal tem por objetivo fiscalizar assiduamente e minuciosamente a administração da sociedade e é composto por três membros efetivos e outros três suplentes, todos associados, sendo permitida a reeleição de 1/3 dos componentes.

O conselho de administração também é composto unicamente por associados, com mandato de no máximo quatro anos e com renovação obrigatória de pelo menos 1/3 dos membros do conselho de administração, o diretor presidente e o vice presidente estão compostos no conselho de administração.

O processo de tomada de decisão na maioria das vezes é conduzido pelo diretor presidente, diretor administrativo, diretor industrial e diretor comercial, a estrutura de liderança da Cooperativa Beta é composta pela diretoria, coordenadores e supervisores de cada setor, sob estes níveis os analistas e assistentes dos diversos setores.

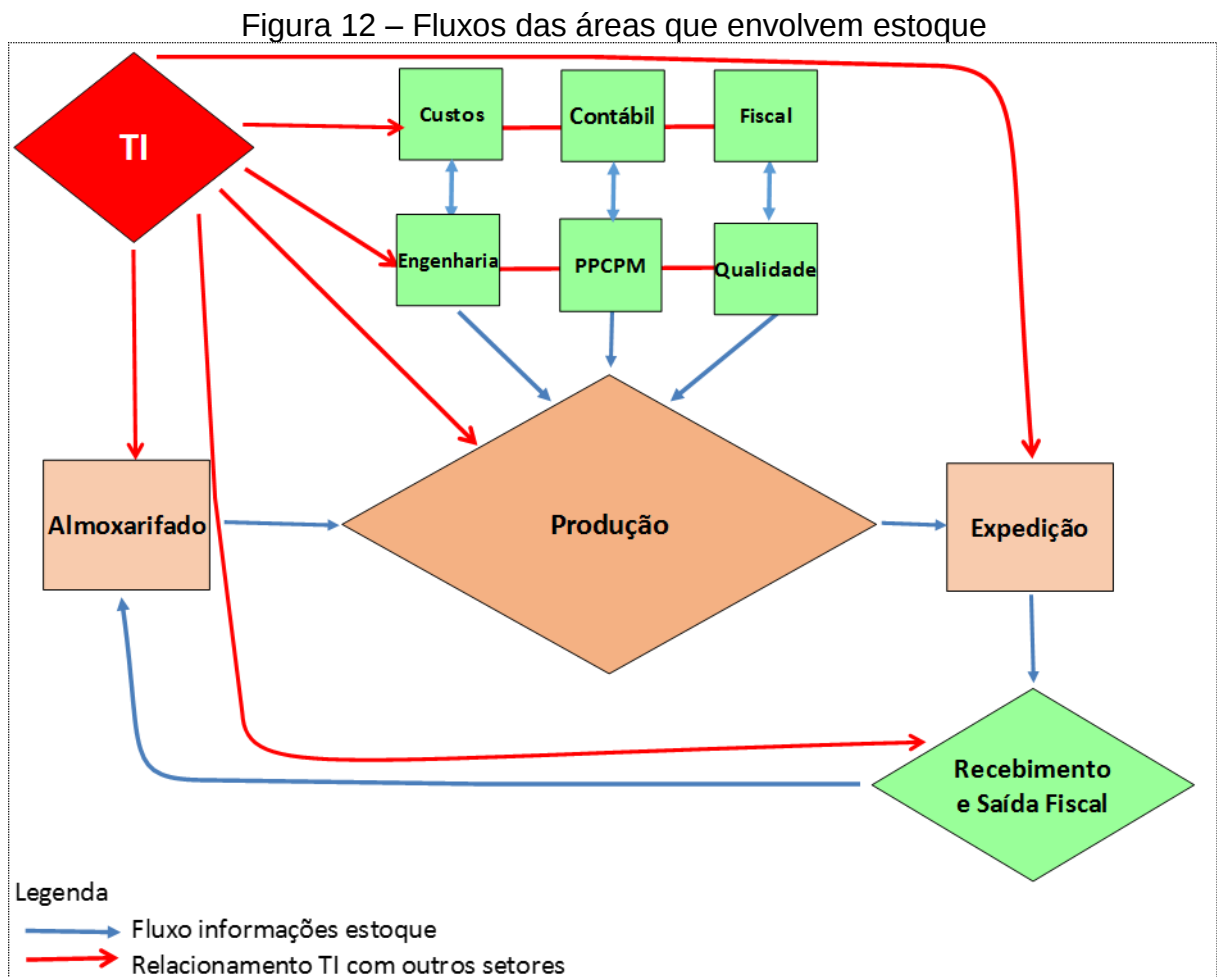
4.2 IMPLANTAÇÃO DO BLOCO K

A implantação do bloco K por se tratar de estoque e produção envolve diversos setores de uma organização, desde as áreas administrativas até a áreas industriais, é o único bloco do SPED que necessita de informações não somente regidas pelos setores administrativos como por exemplo o setor fiscal que alimenta as informações no SPED com os documentos fiscais lançados.

Na cooperativa os setores envolvidos com a implantação do bloco K são: Custos, Contabilidade, Fiscal, TI, Recebimento, Almoxarifado, Expedição, Engenharia, Planejamento, Programação, Controle de Materiais e Produção (PPCMP), Qualidade e Produção.

Podemos dizer que a maior parte das informações que alimentarão o bloco K serão geradas pela área industrial. Por esse motivo a cooperativa buscou envolver todos os setores para a implantação, aqueles que de alguma forma tem envolvimento direto ou indireto com estoques e produção. A junção dos setores administrativos e produtivos deve-se pelo alinhamento de conceitos e processos com o objetivo de obter o entendimento de todos, interligando o setor de TI responsável pela informatização e imprescindível para que essas informações fossem geradas e registradas de forma padronizada, acessível e precisa no sistema *ERP*.

A Figura 12 demonstra como as informações de estoques e produção envolvem vários setores da cooperativa, nas quais influenciam no bloco K.



Fonte: Elaborado pelo autor

Com o envolvimento dos setores, estes aprofundaram-se no entendimento do que se travava o bloco K, através de treinamentos e consultorias, sendo que um colaborador da cooperativa ficou responsável pela gestão do projeto da implantação

do bloco K, dando início as adequações e mudanças nos processos da organização para atendimento das exigências consequentemente a geração do arquivo no SPED.

4.2.1 Cadastros de produtos

A primeira etapa da implantação do bloco K foram as adequações referente aos cadastros de itens existentes no sistema *ERP* no qual importa os dados para o SPED, o Quadro 4 demonstra as principais delas realizadas nesse processo e os setores envolvidos.

Quadro 4 – Adequações referente aos cadastros de produtos

Cadastros de produtos	Envolvidos
Separação dos itens ativos e inativos (fora de linha) no sistema;	Custos
Revisão das unidades de medida de cada item;	Custos
Revisão das NCM e percentual do IPI de cada item;	Fiscal
Revisão do fator de conversão de cada item;	Contábil / Fiscal
Revisão da segunda unidade de medida de cada item;	Fiscal
Enquadramento dos tipos de produtos conforme os conceitos do Sped e legislação de créditos de imposto referente a ICMS e IPI;	Custos / TI Fiscal / Produção
Reclassificação e cadastramento dos tipos de produto no sistema;	Custos / TI
Análise das necessidade de tipos de produto por filial;	Custos / TI Fiscal / Contábil
Análise da produção dos produtos que são fabricados nas filiais e na Matriz;	Custos / TI Fiscal / PPCMP

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Cooperativa Beta

Foram bloqueados todos os itens que não eram mais usados pela cooperativa, seguido de uma conferência da existência de estoque, ficha técnica ou amarração com algum processo, na inexistência dessas, inativou-se o item para melhor organização e menor volume de cadastros de itens no sistema *ERP*.

Para alguns casos foram cadastrados novos códigos, pois existiam no sistema *ERP* códigos duplicados e atribuídos para mais de um produto diferente, conhecidos como códigos genéricos.

Passaram por inspeção e padronização alguns campos importantes de cadastro de itens para efeito de tributação e estoque, como a Nomenclatura Comum

do Mercosul (NCM) conforme Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), fatores de conversão e unidades de medidas conforme padronização do SPED.

Com toda a adequação feita referente aos cadastros de itens, foi possível organizar um fluxo de entrada dos itens cadastrados por almoxarifados com respectivo responsável para organização, evidenciado no apêndice A.

Na contabilidade foi alterado o plano de contas, criado novas contas contábeis referente a estoque com a devida separação, visto que haviam alguns itens que não movimentavam estoque e eram contabilizados diretamente na despesa sem respeitar o regime de competência.

Alguns itens cadastrados foram reclassificados e outros criados conforme o tipo do item de acordo com os conceitos do SPED e a legislação fiscal, para isso foi feito um mapeamento dos movimentos e dos consumos para devida tributação, buscando estabelecer a correta classificação referente a créditos de impostos de cada item. Alguns mais difíceis de definir, a cooperativa contou com apoio de consultoria tributária para atender as exigências conforme apresentado no apêndice B.

O produto intermediário depois de muita análise ficou classificado como itens que possuem contato com produto final, porém não o compõem ou em casos particulares como itens difíceis de obter mensuração específica padrão, não fazem parte da lista técnica.

De acordo com Manual Guia Prático da EFD-ICMS/IPI, versão 2.0.19, p. 176:

A quantidade consumida de produto intermediário – tipo 06 no processo produtivo não é escriturada na EFD ICMS/IPI, tanto no Bloco K quanto no Bloco C (NF-e). Se o Fisco quiser saber qual foi a quantidade consumida de produto intermediário no processo produtivo basta aplicar a fórmula: Quantidade consumida = estoque inicial (K200) + entrada (C170) – saída (C100/NF-e - Devolução) – estoque final (K200).

Desse modo, não haverá registros no bloco K, porém o fisco tem acesso as movimentações ligando outros blocos.

Em relação aos *pallets* usados para acondicionar os produtos acabados, porém não fazem parte do processo produtivo, a cooperativa optou por classificar como uso e consumo e não se creditar de impostos desses itens, como a maioria dos *pallets* não retornam dos clientes, o mais adequado é acrescentar esse valor na

composição do preço final, conforme o Perguntas Frequentes EFD-ICMS/IPI, versão 4.0 de 15/10/2015 expõe:

16.1.24 – Qual a classificação de *pallets*?

Quando o *pallet* for destinado ao acondicionamento para transporte, que visa apenas facilitar o transporte, este não compõe o produto resultante do processo produtivo, sendo classificado como tipo 07 - material de uso e consumo. Portanto, não deve ser classificado como tipo 02 – embalagem - no Registro 0200. Não sendo um insumo/componente, não deve ser escriturado nos Registros 0210/K235/K255.

Caso o *pallet* seja caracterizado como material de embalagem destinado a garantir e assegurar resistência e durabilidade dos produtos nele inseridos, o mesmo deve ser classificado como tipo 02 – embalagem - no Registro 0200 e quando utilizado deve ser escriturado nos Registros.

4.2.2 Fichas técnicas

As fichas técnicas por serem de suma importância na implantação do bloco K, também passaram por adequações. O setor de engenharia responsável por estas, revisou os devidos itens de consumo, bem como as quantidades do consumo padrão e os níveis de estruturas.

Com acompanhamento nas linhas de produção, foi elaborado um estudo de perdas padrões, no qual não existia para mensurar o percentual de perdas do processo produtivo.

Após as definições adotadas nos cadastros de itens, alguns passaram a não compor mais a ficha técnica e foram reclassificados como materiais auxiliares de produção, pelo fato que havia uma certa dificuldade de mensuração para o consumo desses itens foi criado o sistema de requisição de consumo, alocando o consumo diretamente na despesa e não na ordem de produção.

Foram elencados os itens substitutos para cada insumo que compõem uma ficha técnica no caso de sua existência, e quando um insumo for substituto de outros dois insumos de lista técnica terá a figura dos insumos interdependentes conforme informado na pergunta 16.2.2.4 do Perguntas Frequentes – EFD-ICMS/IPI, versão 4.0 de 15/10/2015.

O Quadro 5 demonstra as adequações referente ao processo das fichas técnicas.

Quadro 5 – Adequações referente as fichas técnicas

Fichas Técnicas	Envolvidos
Revisão das quantidade de insumos de todas as fichas técnicas dos produtos acabados e produtos em processo;	Engenharia / Custos
Revisão dos níveis das fichas técnicas e identificação se os níveis trabalhados atualmente são suficiente para atender ao bloco K. (Pós Safra, Elaborado e Antecede o Envase);	Engenharia
Cadastramento das fichas técnicas com revisão no sistema;	Engenharia / TI
Identificação das perdas padrão de processo e definição do percentual de perda ficha técnica para informar no bloco K, atentando com as amostras, descartes, itens retirados da linha de produção;	Engenharia Custos
Identificação e cadastramento no sistema dos insumos substitutos;	Engenharia / TI
Cadastramento do nível "Antecede Envase" para os vinhos finos;	Custos
Verificação referente a consumo de um produto consumindo ele mesmo;	Custos / TI PPCMP
Verificação das operações com granel, que geram resíduos e subprodutos como engaço 5%, bagaço 13% e borra	Custos Engenharia Produção
Verificação sobre a escrituração e controle da água no bloco K;	Custos / Contábil Fiscal / TI
Verificação referente a produtos que restam na linha de produção;	Engenharia Produção
Verificação referente as embalagens que acondicionam as matérias-primas e embalagens compradas;	Custos / Contábil Fiscal
Verificação referente a códigos de mão de obra que compõem a ficha técnica impactam no bloco K;	TI
Definição da data padrão para alteração das fichas técnicas no Sped;	Custos / Contábil Fiscal / Engenharia

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Cooperativa Beta

Com relação a água que compõem as fichas técnicas somente para informar a quantidade a produção na parte de formulação, optou-se por não fazer o controle de estoque dela, já que não se tem um documento fiscal de entrada e não precisa obrigatoriamente estar no registro, segundo um questionamento de um colaborador feito ao SPED em 05/08/2015 e conforme a pergunta 16.2.1.9 do Perguntas Frequentes – EFD-ICMS/IPI, versão 4.0 de 15/10/2015.

4.2.3 Ordens de produção

O fluxo referente a consumos de insumos e geração de estoques de produto

acabado ou produto em processo, ambos processados pelas ordens de produção (OPS) tanto para produção própria ou para terceiro por encomenda também foram revisados de acordo com alguns conceitos referente ao bloco K. As adequações nos processos das ordens de produção foram organizadas conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Adequações referente as ordens de produção

Ordens de Produção	Envolvidos
Elaboração de rotina para conferencia dos apontamentos nas ordens de produção, como os consumo e perdas;	Produção / PPCMP
Elaboração de rotina para conferencia dos saldos de estoques que restam em almoxarifados de processo;	Produção / PPCMP
Elaboração de rotina para análise de todas as ordens de produção, comparando ficha técnica com o consumo apontado, antes de gerar o arquivo para o bloco K;	PPCMP
Definição por linha de produção dos responsáveis pelas ordens de produção;	PPCMP
Definição dos responsáveis pela ordens de produção e ordens de compra das filiais, centralizando as informações;	Produção / PPCMP

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Cooperativa Beta

A conferência das ordens de produção mesmo após de encerrada e no período de apuração é relevante para a prevenção de erros nos registros do bloco K, evitando futuramente outros possíveis registros como K270, K275 e K280.

Sendo que o acompanhamento e as informações apontadas deverão estar registrados mais próximo com o real, principalmente em questões de perdas e itens substitutos.

As ordens de produção deverão ser encerradas diariamente, foi contratado um colaborador para ficar acompanhando as linhas de produção no momento do envase, para que as perdas sejam registradas no momento correto, pois existiam situações que o produto era envasado durante dias, as perdas eram apropriadas somente na última OP ou seja no último dia de produção, gerando inconformidade com a informação.

4.2.4 Industrializações

As industrializações exigem maiores esforços e atenção para o cumprimento

das exigências do bloco K, pois envolvem não somente os setores internos da cooperativa, mas outras organizações. A cooperativa industrializa alguns produtos para terceiros como envasar sucos e espumantes e também solicita industrializações por encomenda para terceiros como o processo de concentração de sucos. Foram analisados esses processos conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Fluxo de industrializações

Cooperativa industrializa para terceiros - De terceiros:	Envolvidos
Levantamento dos estoques existentes no sistema e conferência com o estoque físico existente na cooperativa, em seguida foi acertado as operações com os terceiros que ainda não estavam concluídas;	Almoxarifado / Fiscal
Verificação quanto ao custo nas ordens de produção de terceiros, foi parametrizado o sistema de modo que os itens de terceiros movimentam o estoque sem incluir custo na OP;	Custos
Criação de um almoxarifado somente para receber itens de terceiros;	Almoxarifado / Custos
Definição e organização do fluxo de industrializações para terceiros no processo produtivo, foi nomeado um responsável para tratar somente dessa operação;	Produção
Definição e registro de um fluxo para padronização das industrializações com terceiros em negociações, visando as exigências do bloco K;	Custos / Contábil / Fiscal TI / Produção
Cooperativa solicita industrialização para terceiros - Em terceiros:	Envolvidos
Levantamento dos estoques existentes no sistema e conferência com o físico no estoque do terceiro, em seguida foi acertado as operações com os terceiros que ainda não estavam concluídas;	Almoxarifado / Fiscal
Criação de um almoxarifado somente para a separação de estoques que serão encaminhados para terceiros, a entrada do retorno desse estoque deverá ser nesse mesmo almoxarifado;	Almoxarifado / Custos
Definição e organização do fluxo de industrializações com terceiros no processo produtivo, foi nomeado um responsável para tratar somente dessa operação;	Produção
Definição e registro de um fluxo para padronização das industrializações com terceiros em negociações, visando as exigências do bloco K;	Custos / Contábil / Fiscal TI / Produção

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Cooperativa Beta

Ficou definido que o setor de PPCMP será o gestor do fluxo de industrializações, diante disso, como os itens de terceiros foram cadastrados e possuem seu próprio código de produto e lista técnica, para os terceiros as ordens de produção serão informadas iguais como se fossem um item próprio da cooperativa, ou seja, nos registros K230 e K235.

Os itens que são encaminhados para industrializar são obrigados a ter identificação conforme registro 0200 e ficha técnica conforme o registro 0210, a não obrigatoriedade é somente para a ordem de produção, porém para melhor administração, controle de estoque e custos a cooperativa considera importante fazer

ordem de produção, no entanto sem informar no registro K230 e K235.

A ordem de produção é feita gerando estoque do item produzido no terceiro, consumindo o retorno do estoque simbólico e a cobrança de mão de obra para apropriação de custos, tudo informatizado via o sistema ERP.

O importante atentar-se para o referenciamento dos retornos e suas remessas. O controle de “remessa e retorno” é o ponto chave deste processo pelo fato de haver cruzamento do bloco K com NF-e’s.

4.2.5 Outras movimentações de estoques

Nas diversas movimentações de estoque existentes hoje, a questão conceitual é muito importante para padronização das informações para o fisco, percebe-se que existem muitas dúvidas em relação as nomenclaturas expressas pelo bloco K, não somente na cooperativa, mas nas pesquisas no próprio fórum do SPED, existem diversas incertezas conceituais de inúmeros usuários entre diversos ramos, pois a descrição do objetivo dos registros ficou extremamente genérica, deixando livre para a imaginação ou interpretação de fiscais de cada estado, essa questão foi questionada por diversos colaboradores da cooperativa, por essa razão se fez necessário uma boa análise dos movimentos de estoques incomuns existentes nos processos, para evitar futuros retrabalhos no caso de seguir uma linha de entendimento e posteriormente surgirem outras interpretações, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Movimentações de estoques diversas

Movimentações de estoques diversas	Envolvidos
Definição sobre as movimentações internas como a troca de um código pelo outro;	Custos / Contábil Fiscal / TI
Entendimento e definições sobre a Desmontagem pelos conceitos do bloco K;	Custos / TI PPCMP / Fiscal Produção
Entendimento e definições sobre o Reprocessamento pelos conceitos do bloco K;	Custos / TI PPCMP / Fiscal Produção
Definição de um fluxo para a emissão da NF de baixa de estoque;	Fiscal / Qualidade Produção / Expedição
Definição de um fluxo para os <i>pallets</i> ;	Custos / Contábil Fiscal
Definição de um fluxo para os produtos que são transferidos para as lojas que atendem os consumidores finais;	Custos / Contábil Fiscal / TI

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Cooperativa Beta

Na cooperativa essas movimentações somente serão utilizadas quando a situação não se enquadrar em outras movimentações internas nos demais registros do bloco K, pois é importante lembrar das questões referente aos custos dos itens, já que bloco K trata somente quantidade de estoque, porém o bloco H (Registro de Inventário) refere-se a quantidade e valor de estoque, por isso há maior atenção nas movimentações internas entre itens.

4.2.5.1 Desmontagem

Referente a desmontagem, informada nos novos registros K210 e K215, o conceito que a cooperativa adotou foi o seguinte: é reaproveitamento de materiais pelo desmonte de partes um produto impróprio para a reutilização em um novo produto sendo aprovado pelo controle de qualidade.

Para esse processo optou-se pelo não uso de ordem de serviço, no sistema *ERP* possui uma transação na qual é informado o produto origem e o destino, nesse caso, a saída do estoque do item de origem e a entrada em estoque do item de destino têm que ocorrer no período de apuração do registro K100. Estes novos registros trouxeram mudanças importantes no leiaute do bloco K e flexibilizaram as movimentações em relação ao cálculo da quantidade de destino, deixando de usar diversas taxas de conversões no registro 0220 para o destino.

Na cooperativa esses registros serão usados nos casos dos produtos transferidos para as lojas, como no cadastro do produto acabado a unidade de medida padrão é caixa, ou seja, uma caixa corresponde a seis garrafas, nas lojas os produtos são vendidos em garrafas, esse registro permite a mudança da unidade de medida.

4.2.5.2 Reprocessamento e reparo

No reprocesso e reparo, ambos informados nos registros K260 e K265, o conceito que a cooperativa adotou para o reprocesso será o seguinte: quando um produto fora da especificação for identificado, precisa-se reprocessar para que o produto seja aceito no controle de qualidade e nos padrões exigidos. Por exemplo, a data de validade impressa na embalagem saiu com o ano errado ou a embalagem foi deformada no processo de envase onde geralmente ocorre logo após o processo de fabricação.

O reparo geralmente é feito no caso de devolução de um cliente em produto acabado. Quando o produto tem um defeito ou quebrou, volta para a fábrica e há necessidade de fazer um reparo, por exemplo trocar alguma embalagem, aplicar um novo rótulo, acrescentar uma nova caixa.

Ambos os conceitos podem acrescentar insumos, e nada retorna ao estoque em seu estágio inicial, na cooperativa mesmo que esporadicamente acontecem os dois casos.

Por esse motivo decidiu-se implantar a ordem de reprocesso e reparo, similar a uma ordem de produção, para facilitar os registros das informações.

Para a ordem de reprocesso/reparo deve-se transformar um tipo de produto em outro, no caso produto acabado em produto em processo através do K220, conforme pergunta 16.1.19 do Perguntas Frequentes – EFD-ICMS/IPI, versão 4.0 de 15/10/2015.

4.2.5.3 Nota fiscal de baixa de estoque

A Nota fiscal de baixa de estoque na cooperativa poderá ser solicitada caso o produto seja roubado, deteriorado, quebrado, estragado, consumido internamente e similares, deverá ser emitida sem destaque do valor do imposto, devendo a cooperativa estornar eventual crédito do imposto tomado por ocasião da entrada, para a anulação do crédito ICMS conforme art. 34 do Decreto nº 37.699, de 26 de agosto de 1997:

Art. 34 - O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

V - vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

E anulação do crédito de IPI de acordo art. 254 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010:

Art. 254. Será anulado, mediante estorno na escrita fiscal, o crédito do imposto

IV - relativo a matéria-prima, produto intermediário, material de embalagem, e quaisquer outros produtos que hajam sido furtados ou roubados, inutilizados ou deteriorados ou, ainda, empregados em outros produtos que tenham tido a mesma sorte;

Observando-se as regras comuns para preenchimento da NF-e, utilizar o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) 5.927 (Lançamento efetuado a título de baixa de estoque decorrente de perda, roubo ou deterioração).

4.2.6 Aplicação do questionário

O questionário aplicado conforme o apêndice C, tem o intuito de reconhecer o ponto de vista dos colaboradores envolvidos com implantação do bloco K e quais são suas expectativas, em relação a cooperativa e a entrega completa do bloco K prevista para o ano de 2019.

Foram questionados somente colaboradores que foram envolvidos com a implantação do bloco K. Por setor foram questionados 2 colaboradores, sendo um pertencente a um cargo de gestão e o outro a um cargo operacional. Resume-se da seguinte maneira: 22 de 285 de colaboradores, 11 de 22 setores, sendo que 55% são da área industrial e 45% da área administrativa.

O tempo de atuação nos setores variam em 18% menos de 1 ano, 41% de 1 a 5 anos, 14% de 6 a 10 anos e 27% acima de 10 anos. E 64% tem entre 1 a 5 colaboradores no setor, e 18% entre 6 a 10 colaboradores e acima de 10 colaboradores.

O grau de instrução dos respondentes eram 64% ensino superior incompleto, 17% ensino superior completo, 14% ensino médio completo e 5% pós-graduação.

Quanto ao conhecimento do bloco K antes da implantação na cooperativa, somente 23% conheciam o bloco, sendo que 50% não conheciam e 27% parcialmente.

Com relação a cooperativa, 64% acreditam que esta não estava preparada para implantação, e 36% parcialmente.

Conforme o Gráfico 1 evidencia, 95% responderam que a cooperativa está capacitando os profissionais envolvidos e que esta conseguirá entregar futuramente todas as obrigações. Que o setor em que trabalham é relevante para preencher as informações no bloco K e que estão comprometidos para que essas informações sejam transmitidas corretas e em tempo hábil. Que com a implantação bloco K, é maior a exigência de informações mais concretas e precisas, facilitando análise gerencial e auxiliando na tomada de decisões.

Gráfico 1 – Capacitação e análise gerencial



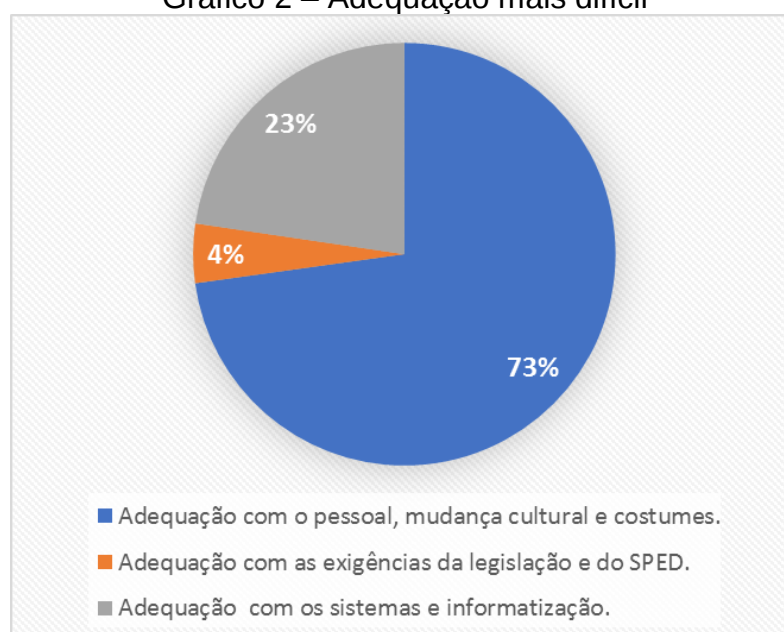
Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos investimentos, referente a contratação de pessoas 50% não necessitaram, 32% parcialmente e 18% necessitaram contratar. Já em relação em *software*, 45% não necessitaram, 32% necessitaram e 23% parcialmente.

Em relação a adequação mais difícil a ser tratada no bloco K, evidenciou conforme o Gráfico 2 que 73% é em relação com o pessoal, 23% em relação aos sistemas de informatização e 4% em relação a legislação e o SPED.

Sendo que 77% afirmam que está havendo interação entre os setores, 14% afirmam que não e 9% parcialmente.

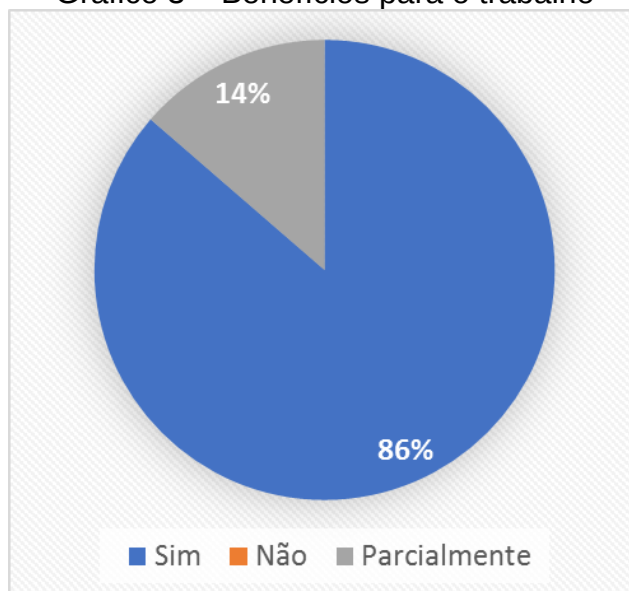
Gráfico 2 – Adequação mais difícil



Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos benefícios, de acordo com o Gráfico 3, somente 14% responderam que parcialmente, quanto 86% afirmam que a implantação do bloco K está beneficiando o seu trabalho.

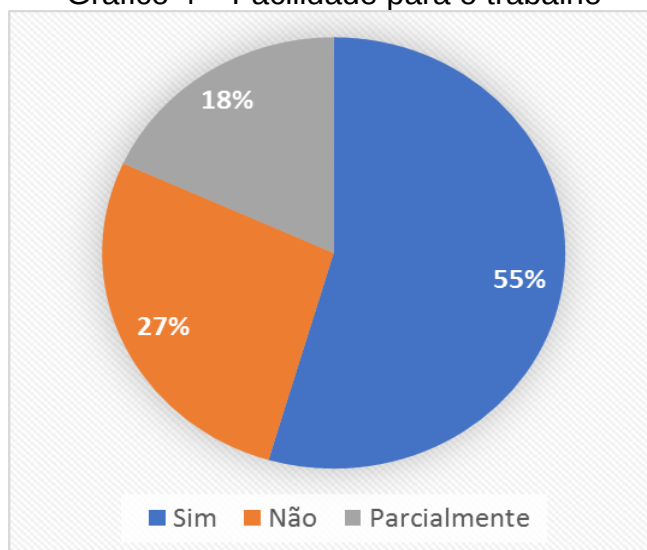
Gráfico 3 – Benefícios para o trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 4 demonstra que 55% afirmam que a implantação do bloco K está facilitando o seu trabalho, enquanto 27% responderam que não está e 18% parcialmente.

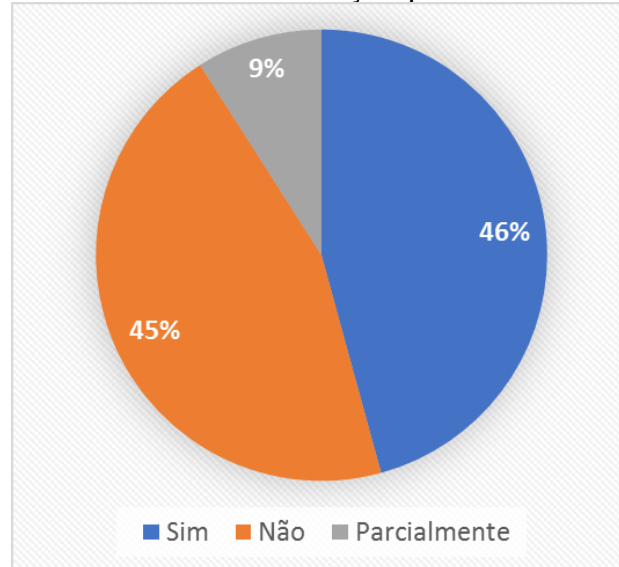
Gráfico 4 – Facilidade para o trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

Em contrapartida o Gráfico 5, mostra que 46% afirmam que a implantação do bloco K está burocratizando seu trabalho, enquanto 45% afirmam não e 9% parcialmente.

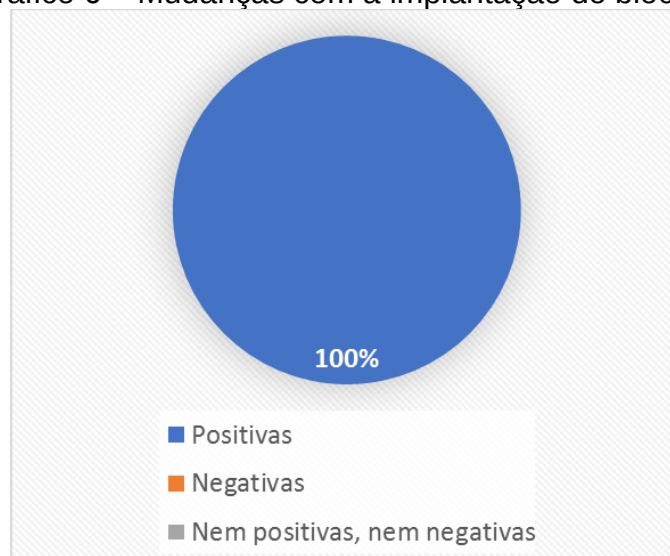
Gráfico 5 – Burocratização para o trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação as mudanças, demonstradas nos Gráficos 3, 4 e 5 comprova-se que a implantação do bloco K trouxe mais benefícios e facilidade para o trabalho, em alguns casos burocratizando, mas mesmo assim é considerada uma mudança positiva conforme Gráfico 6 constata a posição referente as mudanças geradas pelo bloco K.

Gráfico 6 – Mudanças com a implantação do bloco K



Fonte: Elaborado pelo autor

5 CONCLUSÃO

A contabilidade exerce um papel fundamental no mercado. Sua evolução ocorreu de acordo com a necessidade humana de adaptar-se às condições da época e com a tecnologia andando em paralelo a ela, tornando-a mais preparada para as mudanças que ocorrem no mundo da informação.

Tal tecnologia evoluiu de tal maneira a ponto de abrir todo o processo produtivo das indústrias para o fisco por meio do Bloco K – Controle da Produção e do Estoque, um bloco complexo e com diversas exigências.

Como todo projeto do SPED, o bloco K tem por finalidade a padronização das informações da fiscalização de forma mais ágil em relação ao processo produtivo e estoques.

Como o objetivo é demonstrar como a implantação do bloco K interfere nos processos organizacionais de uma cooperativa agroindustrial de bebidas da região da serra gaúcha. Para chegar ao objetivo proposto, foi feito um estudo de caso descrevendo os procedimentos adotados e adequações nos processos para a implantação. Complementando este, elaborou-se um questionário semiestruturado aplicado aos colaboradores da cooperativa que vivenciam o dia-a-dia dos processos organizacionais que envolvem produção e estoque, onde ficaram demonstrados a influência do bloco K perante estes processos.

Com a pesquisa apresentada podemos evidenciar que a implantação do bloco K, interfere drasticamente nos processos organizacionais, demandando uma mudança cultural, integração dos setores, o comprometimento entre as áreas, o alinhamento conceitual, adequações, investimentos e capacitação dos colaboradores.

Sendo assim, a implantação do bloco K exige uma maior organização entre os processos e também informações formalmente registradas a fim de cumprir fielmente as exigências legais, como registrar cadastros de produtos únicos, fichas técnicas padronizadas, perdas realistas e movimentos de estoques coerentes com a realidade, aspectos no qual a cooperativa teve de se adequar. Visto que quando a entrega do bloco K for obrigatória para todos os registros, não poderão haver distorções nas informações, pois o fisco fará o cruzamento com outras fontes de informação, tornando maior a fiscalização e assim minimizando as formas de sonegação fiscal.

Além disso, foi exposto que a grande maioria dos colaboradores não conheciam o bloco K antes da implantação na cooperativa, por isso a importância da

capacitação dos profissionais indiferente do setor. Todos devem estar alinhados com os conceitos que essa obrigação demanda, nas quais surgem as necessidades de investimentos com pessoal, desde contratações, treinamentos e consultorias e também a adequação do sistema interno *ERP* com consultores especializados e aquisições de *softwares* para suprir a demanda, como o *software* que foi implantado no setor de Expedição e Almoxarifado para maior organização dos estoques através de endereçamentos e leitores de código de barras.

Percebe-se que os colaboradores estão cientes que os dados por eles gerados são relevantes para o preenchimento das informações exigidas, portanto afirmam que estão comprometidos a informar estes corretos e precisos. De modo que sejam atendidos em tempo hábil para transmissão causando uma mudança de hábitos e comportamento.

Por essa questão, a implantação do bloco K trouxe benefícios e facilidades para o trabalho da maioria dos colaboradores, apesar que em alguns casos esteja burocratizando os processos, mas de modo geral para todos os envolvidos é uma mudança positiva, trazendo informações mais precisas de produção e de estoques, facilitando a análise gerencial e auxiliando na tomada de decisão.

Atualmente a cooperativa só transmite para o SPED o registro K200 e se necessário o K280, por isso é importante frisar que a implantação do bloco K está em processo e a princípio somente a partir de 1º de janeiro de 2019, a escrituração do bloco K deverá ser completa, sendo assim, só teremos certeza que os conceitos e procedimentos adotados quanto as adaptações feitas nos processos para a implantação do bloco K na cooperativa, só serão efetivos após seu funcionamento integralmente. Deste modo este estudo e o bloco K poderão sofrer alterações como de fato já ocorreu.

Diante desta, ressalta-se a importância deste tema para pesquisas futuras, pois partindo dos resultados encontrados, tornar-se-ia interessante pesquisar organizações de outros ramos de atividade com diferentes processos produtivos e identificar os conceitos e procedimentos adequados para a implantação do bloco K, pois existe uma vasta diferença entre os métodos produtivos e suas formas de aplicação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, S.A. de et al. **Algoritmos genéticos na estimação de parâmetros em gestão de estoque**. Rio de Janeiro, 2007.

AZEVEDO, Osmar Reis. MARIANO, Paulo Antonio. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2010.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2001.

BNDES. **O setor de bebidas no Brasil 2014**. Disponível em <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3462>> Acesso em: 18 de setembro de 2016.

BRASIL, **Ajuste SINIEF 10, de 13 de junho de 2014**. Altera o Ajuste SINIEF 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em <https://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2014/AJ_010_14.htm> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Ajuste SINIEF 10, de 24 de junho de 2013**. Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e. Disponível em <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2013/aj_010_13> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Ajuste SINIEF 13, de 11 de dezembro de 2015**. Altera o Ajuste SINIEF 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em <<https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2015/ajuste-sinief-13-15>> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Ajuste SINIEF 2, de 3 de abril de 2009**. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2009/aj_002_09.htm> Acesso em: 28 de outubro de 2016.

_____. **Ajuste SINIEF 25, de 9 de dezembro de 2016**. Altera o Ajuste SINIEF 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2016/aj_025_16> Acesso em: 22 de maio de 2017.

_____. **Ato COTEPE/ICMS nº 09, de 18 de abril de 2008.** Dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em

<https://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos_cotepe/2008/ac009_08>

Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Convênio ICMS nº 146, de 15 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a adesão do Estado de Santa Catarina ao Convênio ICMS 76/94, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos. Disponível em

<http://www1.fazenda.gov.br/confaz/Confaz/Convenios/icms/2006/CV146_06.htm>

Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Convênio ICMS nº 146, de 15 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a adesão do Estado de Santa Catarina ao Convênio ICMS 76/94, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos. Disponível em

<http://www1.fazenda.gov.br/confaz/Confaz/Convenios/icms/2006/CV146_06.htm>

Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Decreto nº 37.699, de 26 de agosto de 1997.** Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS). Disponível em

<<http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=109362&inpCodDispositive=&inpDsKeywords>> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.** Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>

Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010.** Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Instrução Normativa RFB nº 1.672 de 23 de novembro de 2016.**

Estabelece critérios para o cumprimento da obrigação de escriturar o Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque integrante da Escrituração Fiscal Digital (EFD) estabelecida pela Instrução Normativa RFB nº 1.652 de 20 de junho de 2016. Disponível em

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=78816&visao=anotado>> Acesso em: 22 de maio de 2017.

_____. **Instrução Normativa RFB nº 635 de 24 de março de 2006.** Dispõe sobre a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, cumulativas e não-cumulativas, devidas pelas sociedades cooperativas em geral. Disponível em

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15573&visao=anotado>> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Instrução Normativa RFB nº 1.652, de 20 de junho de 2016.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de escrituração do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque integrante da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS IPI para os estabelecimentos industriais fabricantes de bebidas e dos fabricantes de produtos do fumo. Disponível em

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=75041&visao=anotado>> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 21 de maio 2017.

_____. **Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.** Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.833compilado.htm> Acesso em: 21 de maio 2017.

_____. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm> Acesso em: 18 de outubro de 2016.

_____. **Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.** Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9532.htm> Acesso em: 21 de maio 2017.

_____. **Módulos EFD ICMS IPI.** Disponível em <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/523>> Acesso em: 28 de outubro 2016.

_____. **Protocolo ICMS nº 77, de 18 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital - EFD, nos termos das cláusulas terceira e oitava-A do Convênio ICMS 143/06, que institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em
<https://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/protocolos/ICMS/2008/pt077_08.htm>
Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. **Resolução nº 920 de 19 de dezembro de 2001.** Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em
<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2001/000920&arquivo=RES_920.DOC> Acesso em: 21 de maio 2017.

_____. Ministério da Agricultura, **Vinhos e bebidas.** Disponível em
<www.agricultura.gov.br/vegetal/qualidade-seguranca-alimentos-bebidas/bebidas>
Acesso em: 11 de novembro de 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações.** 3. ed. São Paulo: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à Administração de Materiais.** São Paulo: Makron McGraw-hill, 1991.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à Teoria das Organizações.** 3. ed. São Paulo: Manole, 2010.

CORRÊA, Henrique L. **Planejamento, programação e controle de produção.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade – **Resumo da teoria atendendo as novas demandas de gestão empresarial** – Exercícios e Questões com Respostas - 7 ed - Atualizada conforme as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, CPC e IFRS. São Paulo: Atlas, 2013.

DEAL, Terrence E.; KENNEDY, Allen A. **Corporate cultures: The rites and rituals of corporate life.** New York: Addison-Wesley, 1982.

DIAS, Reinaldo. **Cultura organizacional: construção, consolidação e mudanças.** São Paulo: Atlas, 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura Organizacional Evolução e Crítica.** São Paulo: Cengage Learning, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio de Loureiro. BIANCOLINO, Cesar Augusto. BORGES, Tiago Nascimento. **Sistemas de Informações Contábeis: Uma abordagem gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Rosana C. M. Grillo e RICCIO, Edson Luiz. **Sistemas de informação: ênfase em controladoria e contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

GRAEML, Alexandre Reis. **Sistemas de informação: o alinhamento da estratégia de TI com a estratégia corporativa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GUERRA, Luciano. **A nova contabilidade: convergência ao padrão internacional**. São Paulo: Atlas, 2013.

GURGEL, Floriano do Amaral. **Logística Industrial**. São Paulo: Atlas, 2000.

GUTH, Sérgio Cavagnolli. PINTO, Marcos Moreira. **Desmitificando a Produção de Textos Científicos – Com os Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Scortecci, 2010.

HARRINGTON, H. J. **Aperfeiçoando processos empresariais**. São Paulo: Makron Books, 1993.

ICA – International Co-operative Alliance. Disponível em <<https://ica.coop/en/what-co-operative>> Acesso em: 18 de outubro 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Petrônio G. e LAUGENI, Fernando P. **Administração da Produção**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MATTOS, Antonio Carlos Marques. **Sistemas de informação: uma visão executiva**. São Paulo: Saraiva, 2005. xix, 223 p.

MATTOS, Marcos Eduardo de. **Processos Organizacionais**. São Paulo: Sol, 2011.

MOREIRA, D. A. **Administração da produção e Operações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOREIRA, Daniel. **Administração da Produção e Operações**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NOVA ALIANCA. **Institucional**. Disponível em <<http://novaalianca.coop.br/institucional/>> Acesso em: 18 de outubro 2016.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do Cooperativismo**. Disponível em <www.somoscooperativismo.coop.br/#/historia-do-cooperativismo> Acesso em: 18 de outubro 2016.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Ramos do Cooperativismo**. Disponível em <<http://www.ocb.org.br/#/ramos>> Acesso em: 21 de maio 2017.

OCEB - O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia. **Objetivos OCEB**. Disponível em <<http://www.bahiacooperativo.coop.br/oceb/objetivos-oceb>> Acesso em: 21 de maio 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PAIM, Rafael. CARDOSO, Vinícius. CAULLIRAUX, Heitor. CLEMENTE, Rafael. **C Gestão de processos, pensar, agir e aprender**. Rio Grande do Sul: Bookman, 2009.

PAOLESCHI, Bruno. **Almoxarifado e Gestão de Estoques**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

PEREZ, Francisco Conejero. COBRA, Marcos. **Cultura organizacional e gestão estratégica: a cultura como recurso estratégico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PINHO, Diva Benevides. **Dicionário de cooperativismo: doutrina, fatos gerais e legislação cooperativa brasileira**. São Paulo: USP, 1962.

PORTAL E CONTABILIDADE. **Livro Registro e Controle da Produção**. Disponível em <www.portaldecontabilidade.com.br/obrigacoes/livroregistroecontroleproducao.htm> Acesso em: 28 de outubro 2016.

PORTAL SPED. **Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI – Versão 2.0.19**. Disponível em <<http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/1986>> Acesso em: 22 de outubro de 2015.

PORTAL SPED. **Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI – Versão 2.0.20**. Disponível em <<http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/1986>> Acesso em: 22 de outubro de 2015.

PORTAL SPED. **Perguntas Frequentes – EFD ICMS IPI – SPED Fiscal - Versão 4.0 de 15/10/2015**. Disponível em <http://sped.rfb.gov.br/estatico/45/62CE7A41F5742AB5C65B51818CA798B35E629A/Perguntas_Frequentes_vers%C3%A3o_4_0_2015.pdf> Acesso em: 22 de novembro de 2015.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, José Luiz dos; SCHIMIDT, Paulo; MACHADO, Nilson Perinazzo. **Fundamentos da teoria da contabilidade**. v. 6. São Paulo: Atlas, 2005.

SESCOOP/RS - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Rio Grande do Sul. **Conceitos e Princípios**. Disponível em <<http://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>> Acesso em: 18 de outubro 2016.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Rio Grande do Sul. **História do Cooperativismo**. Disponível em <<http://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo50>> Acesso em: 18 de outubro 2016.

SHUKER, Maria. TONI, Deonir de. **Gestão da imagem de organizações, marcas e produtos: através do MCI: Método para Configuração de Imagem**. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Adilso Luiz da. REICHENBACH, Carla; KARPINSKI, Cleber Airton: **Auditoria no Setor de Estoque: Um Estudo de Caso de uma Empresa Comercial**. Rio Grande do Sul: v. 5. 2010.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

STROTTMANN, Evandro José e SCHERER, Oscar Luiz da Silveira. **A importância do controle de estoques para as empresas industriais brasileiras de grande porte**. Rio Grande do Sul: 2012.

LISTAS DE APÊNDICES

APÊNDICE A – TIPOS DE PRODUTOS E SUA CLASSIFICAÇÃO	80
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO	82

APÊNDICE A – TIPOS DE PRODUTOS E SUA CLASSIFICAÇÃO

TIPO SPED		TIPO SISTEMA NOVA ALIANÇA		Almoxarifado Cadastro	Descrição
00	MERCADORIA PARA REVENDA	MR	MERCADORIA REVENDA	10	Produtos para revenda, que são transferidos para as lojas. Esses não se classificam como ato cooperativo. Ex. chocolate, saca rolhas, acessórios para vinho.
01	MATÉRIA PRIMA	MP	MATÉRIA PRIMA	02 e 50	Produto principal da produção, que sofrerá transformação, compõe a estrutura. Consumo padrão: Ordem de Produção. Possuem créditos de impostos (menos a uva comprada dos associados). Ex. uva, suco concentrado, polpas.
		PS	PRODUTO SECUNDÁRIO	02	Produtos que acompanham a matéria prima como os insumos enológicos acrescentados na formulação de vinhos e sucos, compõe a estrutura. Consumo padrão: Ordem de Produção. Possuem créditos de impostos. Ex. açúcar, canela, desadificante.
02	EMBALAGEM	ME	MATERIAL EMBALAGEM	02	Embalagens que compõe a estrutura. Consumo padrão: Ordem de Produção. Possuem créditos de impostos. Ex. garrafa, tampa, rótulo.
03	PRODUTO EM PROCESSO	PP	PRODUTO PROCESSO	02	Produtos que não é matéria prima e nem produto acabado ainda. Consumo padrão: Ordem de Produção. Ex. mosto enviado para industrialização retornando como suco concentrado.
		PI	PRODUTO INTERMEDIÁRIO	01	Produtos que não é matéria prima e nem produto acabado ainda. Consumo padrão: Ordem de Produção. Ex. espumante envasado sem rótulo, ou seja semi acabado.
		VD	VINHOS E DERIVADOS	03	Produto em geral em fase de formulação ou estocado em liquido á granel. Consumo padrão: Ordem de Produção. Ex. mosto e vinho estocado, suco formulado para envase.
04	PRODUTO ACABADO	PA	PRODUTO ACABADO	01	Produto Acabado. Ex. suco pronto para a venda, unidade de medida padrão caixa com garrafas dentro.
05	SUBPRODUTO	SP	SUBPRODUTO	03	Produto que tem valor economico e voltará para o processo de produção novamente. Consumo padrão: Ordem de Produção. Ex. Borra do vinho.
06	PRODUTO INTERMEDIÁRIO	MA	MATERIAL AUXILIAR PRODUÇÃO	02	Produtos essenciais para a produção, quem tem contato direto com o produto, de difícil mensuração de quantidade de consumo não são colocados na estrutura. Consumo por requisição implantada, contabilização diretamente no centro de custo destino, por método kanban. Possuem créditos de impostos. Ex. cola, nitrogênio, tinta para a impressão da validade do produto.

07	MATERIAL DE USO E CONSUMO;	UC	MATERIAL DE USO E CONSUMO	02 e 01	Produtos diversos de uso e consumo. Consumo por requisição implantada, contabilização diretamente no centro de custo destino, por método kanban. Não possuem créditos de impostos. Ex. pallets, molduras, chapatex.
		EP	PROTEÇÃO E SEGURANÇA	12	Materiais de Proteção de Segurança. Consumo por requisição implantada, contabilização diretamente no centro de custo destino, por método kanban. Não possuem créditos de impostos. Ex. jaleco, protetor auricular, óculos de proteção.
		ML	MATERIAL DE LIMPEZA	18	Materiais de Limpeza. Consumo por requisição implantada, contabilização diretamente no centro de custo destino, por método kanban. Não possuem créditos de impostos. Ex. papel higiênico, sabonete, detergente.
		MX	MATERIAL DE EXPEDIENTE	19	Materiais de Expediente. Consumo por requisição implantada, contabilização diretamente no centro de custo destino, por método kanban. Não possuem créditos de impostos. Ex. caneta, folha de ofício, grampeador.
		MM	MATERIAIS MANUTENÇÃO	60	Produtos para Manutenção, de pouco valor agregado e que não mudará o tempo útil da máquina ou equipamento, pois senão deverá entrar no ativo imobilizado. Consumo por ordem de serviço da manutenção alocando o centro de custo. Não possuem créditos de impostos. Ex. parafusos, óleo, rolamento.
		MB	MATERIAIS MEIO AMBIENTE	16	Produtos para Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) e Estação de Água (ETA). Consumo por requisição implantada, contabilização diretamente no centro de custo destino, por método kanban. Não possuem créditos de impostos. Ex. cloro, cal, sulfato de alumínio.
		MT	MATERIAIS LABORATÓRIO	14	Produtos para Laboratório, para análises laboratoriais. Consumo por requisição implantada, contabilização diretamente no centro de custo destino, por método kanban. Não possuem créditos de impostos. Ex. solução de iodo, cloreto de sódio, meio de cultura.
10	OUTROS INSUMOS	CL	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	02 e 60	Produtos essenciais para a produção, quem não tem contato direto com o produto e não estão na estrutura. Consumo por requisição implantada, contabilização diretamente no centro de custo destino, por método kanban. Possuem créditos de impostos. Ex. lubrificantes, óleo diesel para o gerador de energia.
		II	INSUMO INDUSTRIAIS	02 e 16	Produtos essenciais para a produção, quem não tem contato direto com o produto podem ou não estar na estrutura. Consumo: Por ordem de Produção ou por requisição implantada, contabilização diretamente no centro de custo destino, por método kanban. Possuem créditos de impostos. Ex. SAFE usado na caldeira, taças que acompanham os kits de produto acabado.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Cooperativa Beta

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO

1 – Setor que atua?

- ☐ Custos
- ☐ Contabilidade
- ☐ Fiscal
- ☐ Recebimento
- ☐ TI – Tecnologia da Informação
- ☐ Engenharia
- ☐ Qualidade
- ☐ Almoxarifado
- ☐ PPCMP – Planejamento, Programação, Controle de Materiais e Produção
- ☐ Produção
- ☐ Expedição

2 – Grau de Instrução

- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Ensino Superior Incompleto
- ☐ Ensino Superior Completo
- ☐ Pós Graduação / Mestrado

3 – Quanto tempo atua nesse setor?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ Acima de 10 anos

4 – Quantos colaboradores o setor tem?

- ☐ Somente 1 colaborador
- ☐ 1 a 5 colaboradores
- ☐ 6 a 10 colaboradores
- ☐ Acima de 10 colaboradores

5 – Antes de iniciar a implantação na cooperativa você já conhecia o Bloco K (Controle de Estoque e Produção)?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

6 – Na sua opinião a empresa estava preparada para esta mudança?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

7 – A empresa está procurando capacitar os profissionais envolvidos? Ocorreram treinamentos, cursos, reuniões, consultorias sobre o assunto bloco K?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

8 – Com a implantação do Bloco K, foi necessário investir em contratação de pessoal?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

9 – Foi necessário investimento em Software?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

10 – O Sistema Integrado (ERP) utilizado pela empresa já disponibiliza ferramentas necessárias para suprir a demanda das exigências do bloco K?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

11 – O Bloco K não mudará a legislação vigente, só mudará a forma de envio dessas informações, que serão entregues obrigatoriamente mensal, em sua perspecção a cooperativa conseguirá futuramente atender todas essas obrigações?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

12 – Você acha que o setor em que trabalha, os dados por ele gerados, são relevantes para o preenchimento das informações exigidas pelo bloco K?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

13 – Essas informações exigidas demandam dados corretos e precisos, você está comprometido para que essas informações cheguem até o setor responsável de transmitir as informações de forma correta e tempo hábil?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

14 – Você acredita que no decorrer da implantação do Bloco K está havendo interação entre os setores envolvidos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

15 – A criação do bloco K pelo governo federal vem com intuito de simplificar as obrigações acessórias, reduzir a burocracia para as empresas, facilitar a fiscalização e padronizar as informações, você concorda?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

16 – A implantação do bloco K, está trazendo benefícios para o seu trabalho?

- () Sim
- () Não
- () Parcialmente

17 – A implantação do bloco K, está facilitando seu trabalho?

- () Sim
- () Não
- () Parcialmente

18 – A implantação do bloco K, está trazendo dificuldades e burocratizando o seu trabalho?

- () Sim
- () Não
- () Parcialmente

19 – Na sua opinião, qual o evento mais difícil de ser tratado no bloco K?

- () Adequação com o pessoal, mudança cultural e costumes
- () Adequação com as exigências da legislação e do SPED
- () Adequação com os sistemas e informatização

20 – As mudanças com a implantação do bloco K, na sua opinião são positivas ou negativas para a cooperativa?

- () Positivas
- () Negativas
- () Nem positivas, nem negativas

21 – Com a implantação do Bloco K, observou-se uma exigência de informações mais concretas e precisas sobre produção e estoques, no seu ponto de vista isso facilita a análise gerencial, auxiliando na tomada de decisões?

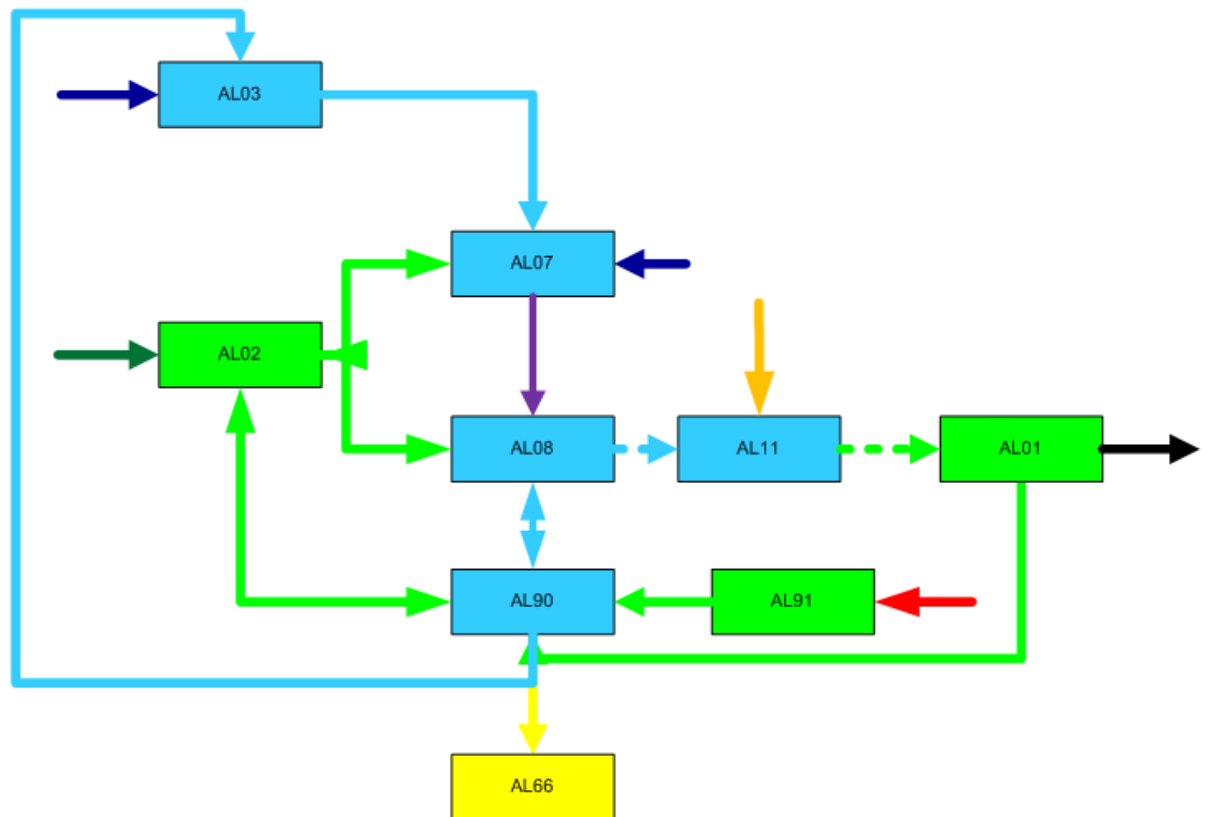
- () Sim
- () Não
- () Desconheço

Fonte: Elaborado pelo autor

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - FLUXO INTERNO ENTRE OS ALMOXARIFADOS	86
--	----

ANEXO A - FLUXO INTERNO ENTRE OS ALMOXARIFADOS



ALMOXARIFADOS x CONTEÚDO x RESPONSÁVEIS

AL01 - PA (Almoxarifado Logística)
 AL02 - ME + MP + PS + AP (Almoxarifado entrada)
 AL03 - VD (Almoxarifado Granel)
 AL07 - FOR + PRE (Almoxarifado Formulação e Preparação)
 AL08 - ENV (Almoxarifado Envase)
 AL11 - APO (Almoxarifado Apointamento Produção)
 AL90 - NCO (Almoxarifado Qualidade)
 AL91 - DEV (Almoxarifado Devoluções)
 AL66 - CON (Almoxarifado Controladoria)

LEGENDA GRÁFICA

